

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Escola Superior de Educação Física
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



Dissertação

Questões de gênero na Educação Física escolar: um apanhado nas zonas distritais de Rio Grande-RS

Thais Mortola Dias

Pelotas, 2020.

Thais Mortola Dias

Questões de gênero na Educação Física escolar: um apanhado nas zonas distritais de Rio Grande-RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física, área de concentração Movimento Humano, Educação e Sociedade, linha de pesquisa Formação Profissional e Prática Pedagógica.

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo.

Pelotas, 2020.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D541q Dias, Thais Mortola

Questões de gênero na educação física escolar : um apanhado nas zonas distritais de rio grande-rs / Thais Mortola Dias ; Giovanni Felipe Ernst Frizzo, orientador. — Pelotas, 2020.

108 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Questões de gênero. 2. Sociedade. 3. Escola. 4. Educação física. I. Frizzo, Giovanni Felipe Ernst, orient. II. Título.

CDD : 796

Thais Mortola Dias

QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM APANHADO NAS ZONAS
DISTRITAIS DE RIO GRANDE-RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 28 de Julho de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo (Orientador)

Doutor em Ciências do Movimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Aline Accorssi

Doutora em Psicologia pela Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Franciele Roos da Silva Ilha

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

Prof^a. Dr^a. Priscila Lopes Cardozo (Suplente)

Doutora em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas

Dedico este trabalho a todo o povo oprimido.
As mulheres – negras, trabalhadoras, LGBT'S+;
Aos homens – negros, trabalhadores, LGBT'S+;
A todas e todos que clamam por liberdade.

Agradecimentos

A Deus e a todos os seres espirituais que me orientaram, me dando luz aos momentos difíceis e complicados.

A minha mãe, que sempre acreditou em mim, me incentivando e me apoiando durante toda essa pesquisa, peço desculpas pelos momentos de ausência.

Ao meu namorado e amigo Angelo, pela paciência e compreensão, por me encorajar a continuar trilhando o meu caminho dentro da nossa Educação Física.

Ao meu amigo e orientador Giovanni, por todas as orientações, conversas e por toda a imensa sabedoria que disponibilizou em transmitir, me fazendo ver o mundo (sociedade) e o mundo (acadêmico) de um modo diferente, mostrando que é possível transformarmos a nossa realidade através da luta.

Aos meus colegas do projeto de extensão “Educação Física no combate as opressões”, vocês deixaram esses dois anos mais produtivos, mais estimulantes, mais leves e esperançosos, a extensão nas universidades tem que continuar!

Aos colegas do PPGEF/UFPEL, pelo companheirismo e pelo acolhimento.

A CAPES¹, pela bolsa concedida durante esses dois anos, sem esse auxílio tudo seria mais difícil e menos produtivo.

A SMED, as escolas e aos sujeitos participantes, sem vocês essa pesquisa não teria sido construída, muito obrigada pela disponibilidade.

As minhas amigas do Grupo Molieres, vocês foram e serão sempre as minhas feministas favoritas, companheiras de luta.

A todos os meus professores e professoras, do ensino fundamental até a faculdade, que aqui estão ou que já foram para outro plano, sem vocês nada disso teria acontecido, vocês me fizeram escolher essa profissão, vocês me incentivaram a seguir estudando e sempre acreditaram em mim.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente transmitiram energia positiva, torcendo para que esse trabalho fosse um sucesso.

Meu muito obrigada, minha eterna gratidão!

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*Que nada nos defina,
que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a
nossa própria substância, já que viver
é ser livre.*

Simone de Beauvoir

Resumo

MORTOLA, Thais Dias. **Questões de gênero na Educação Física escolar: um apanhado nas zonas distritais de Rio Grande - RS.** 2020. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

Essa pesquisa objetivou analisar como as questões de gênero são tratadas nas aulas de Educação Física da rede municipal de ensino de Rio Grande – RS. Para tal, nos apoiamos em correntes teóricas que baseiam-se em um entendimento materialista do desenvolvimento da sociedade e dos fenômenos nela inseridos, utilizando assim, autoras que tomam como base filosófica o marxismo, discutindo sobre as questões de gênero, enovelada com o patriarcado, racismo e as classes sociais. Logo, trata-se de um estudo exploratório/descritivo ancorado em uma abordagem qualitativa, em que participaram cinco escolas da rede escolar municipal da cidade de Rio Grande – RS, abarcando as cinco zonas distritais da dita cidade. Como participantes dessa pesquisa, temos os alunos e as alunas do 9º ano e os professores e as professoras de Educação Física, os quais contribuíram com a pesquisa, respectivamente, através dos seguintes instrumentos de coleta: questionário e entrevista semi-estruturada. Empregando alguns elementos da metodologia denominada Análise Textual Discursiva – ATD, os dados foram analisados, emergindo assim as categorias, as unidades de significados, os capítulos, sendo esses que fazem a discussão da temática. Esses capítulos partiram de uma esfera mais ampla, trazendo primeiramente a sociedade, logo a instituição escolar e por fim, as aulas de Educação Física. No que tange o nosso contexto social e as questões de gênero, há um diagnóstico de sociedade machista; preconceituosa e estereotipada, que rotula e determina regras e padrões aos indivíduos, sendo a desigualdade de gênero no mundo do trabalho também um agravante nesse cenário. Sobre as questões de gênero no âmbito escolar, percebemos que a instituição escola não é um campo neutro, pois ela ainda é um espaço que internaliza os preceitos que estruturam a sociedade, reforçando binarismos, naturalizando situações. Identificamos que às questões que envolvem gênero não são uma temática muito recorrente nas escolas investigadas, sendo que os professores e as professoras têm distintas percepções sobre essa ser tratada nas escolas e nas aulas de Educação Física, resultando em dois grupos: os pró-discussão e os contra discussão. Em relação à Educação Física escolar, encontramos um quadro mais inclinado a práticas corporais esportivizadas, tendo o futebol como atividade mais mencionada no que diz respeito a gostos e não gostos por parte dos alunos e alunas, sendo este também um dos fatores determinantes para haver uma divisão e diferenciação entre os gêneros no momento da prática. Com relação à composição das turmas, percebemos que a maioria dos participantes prefere aula mista, visto que alguns defendem as aulas separadas, alegando que há uma diferença de habilidade e gostos entre meninos e meninas. De forma não tão declarada, as opressões existentes na sociedade também fazem parte do contexto das aulas de Educação Física das escolas investigadas, tendo o futebol; os estereótipos e ao padrão ideal de corpo, como alguns fatores que ocasionam tal situação. Sendo o espaço escolar opressor, percebemos como necessária e urgente à discussão da temática nesse âmbito, visto que, a escola poderia assumir um papel que vai contra o sistema opressor, interiorizando preceitos que auxiliem na emancipação de todos e todas ali presentes.

Palavras-chave: Questões de gênero. Sociedade. Escola. Educação Física.

Abstract

MORTOLA, Thais Dias. **Gender issues in school Physical Education: an overview in the district areas of Rio Grande - RS.** 2020. 107f. Dissertation (Master in Physical Education) - Graduate Program in Physical Education. Federal University of Pelotas, Pelotas / RS.

This research aimed to analyze how gender issues are dealt with in Physical Education classes at the municipal school system in Rio Grande - RS. To this end, we rely on theoretical currents that are based on a materialist understanding of the development of society and the phenomena inserted in it, thus using authors who take Marxism as a philosophical basis, discussing gender issues, entwined with patriarchy, racism and social classes. Therefore, it is an exploratory / descriptive study anchored in a qualitative approach, in which five schools from the municipal school network of the city of Rio Grande - RS participated, covering the five district zones of that city. As participants in this research, we have 9th grade students and Physical Education teachers and professors, who contributed to the research, respectively, through the following collection instruments: questionnaire and semi-structured interview. Using some elements of the methodology called Discursive Textual Analysis - ATD, the data were analyzed, thus emerging the categories, the units of meanings, the chapters, which are the ones who discuss the theme. These chapters started from a wider sphere, bringing society first, then the school institution and finally, Physical Education classes. Regarding our social context and gender issues, there is a diagnosis of a macho society; prejudiced and stereotyped, which labels and determines rules and standards for individuals, and gender inequality in the world of work is also an aggravating factor in this scenario. Regarding gender issues in the school environment, we realize that the school institution is not a neutral field, as it is still a space that internalizes the precepts that structure society, reinforcing binarisms, naturalizing situations. We identified that gender issues are not a very recurring theme in the schools investigated, and teachers have different perceptions about this being addressed in schools and in Physical Education classes, resulting in two groups: the pro-discussion and counter-discussion. In relation to physical education at school, finding a picture more inclined to sports bodily practices, with football as the most mentioned activity with regard to likes and dislikes by students, this being also one of the determining factors for having a division and differentiation between genders at the time of practice. Regarding the composition of the classes, we noticed that most participants prefer mixed classes, since some defend open classes, claiming that there is a difference in skills and tastes between boys and girls. In a not so declared way, the oppressions that exist in society are also part of the context of Physical Education classes of the investigated schools, with football; stereotypes and the ideal body pattern, as some factors that cause such a situation. Being the oppressive school space, we perceive it as necessary and urgent to discuss the theme in this context, since the school could assume a role that goes against the oppressive system, internalizing precepts that help in the emancipation of everyone present.

Keywords: Gender issues. Society. School. Physical Education.

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa das zonas distritais da cidade de Rio Grande - RS	25
Figura 2	Gráfico 1 - Quantidade total e divisão por gênero dos alunos e alunas participantes.	29
Figura 3	Gráfico 2 - Opinião dos alunos e das alunas participantes sobre preconceito contra as mulheres na sociedade	35
Figura 4	"Regras" do professor	43
Figura 5	Gráfico 3 - Participação dos alunos e das alunas em algum projeto na escola.	47
Figura 6	Gráfico 4 - Atividades que os alunos e as alunas mais gostam de praticar nas aulas de Educação Física	52
Figura 7	Gráfico 5 - Atividades que os alunos e as alunas não gostam de praticar nas aulas de Educação Física	53
Figura 8	Gráfico 6 - Opinião dos alunos e das alunas se há atividades de meninos e atividades de meninas.	60
Figura 9	Gráfico 7 - Relação com o sexo oposto durante as aulas de Educação Física.	64
Figura 10	Gráfico 8 - Diferença na participação de meninas e meninos nas aulas de Educação Física	66
Figura 11	Gráfico 9 - Opinião dos alunos sobre aulas mistas ou separadas por sexo.	70
Figura 12	Gráfico 10 - Percepção dos alunos e das alunas sobre preconceito/constrangimento nas aulas de Educação Física.	78

Lista de Quadros

Quadro 1	Escolas selecionadas para o estudo.	26
Quadro 2	Caracterização dos professores e professoras participantes.	27
Quadro 3	Caracterização dos alunos e alunas participantes	28

Lista de abreviaturas e siglas

ATD	Análise Textual Discursiva
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAMECIM	Centro de Educação Ambiental, Ciências e Matemática
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
ESEF	Escola Superior de Educação Física
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GESE	Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissesuais, Transgêneros, etc.
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
PPGEF	Programa de Pós Graduação em Educação Física
PPP	Projeto Político Pedagógico
RS	Rio Grande do Sul
SINTERG	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas

Sumário

1. Considerações introdutórias	12
1.1 Apresentando a dissertação.....	12
1.2 Do futebol do campinho as problematizações existentes: contextualizando os “porquês” dessa pesquisa.....	14
1.3. Introdução ao tema de pesquisa.....	17
1.4. Objetivos.....	22
1.4.1 Objetivo geral.....	22
1.4.2 Objetivos específicos.....	22
2. Caminhos Metodológicos	23
2.1. Caracterização do estudo.....	23
2.2. Caracterização da cidade, da rede de ensino, dos espaços de investigação e dos participantes.....	24
2.3. Instrumentos da pesquisa.....	29
2.3.1. Entrevistas semi-estruturadas.....	29
2.3.2. Questionário.....	30
2.4. Explorando os dados a partir da Análise Textual Discursiva – ATD.....	31
2.5. Princípios éticos da pesquisa.....	32
3. As questões de gênero na sociedade patriarcal, racista e capitalista	33
4. As questões de gênero nas escolas Rio- Grandinas	40
5. As questões de gênero nas aulas de Educação Física	50
5.1. Que conhecimento está sendo tratado: traçando um perfil da Educação Física escolar.....	50
5.2. Questões de gênero.....	54
5.2.1. Os pró e os contra: o que pensam os professores e as professoras.....	55
5.2.2. Coisas de menino, coisas de menina: os estereótipos de uma sociedade opressora.....	59

5.2.3. “Mista toda a vida” ou “a facilidade das aulas separadas”: o dilema da composição das turmas por sexo.....	68
5.2.4. “Não tão declarada, mas ela existe”: as opressões nas aulas de Educação Física.....	72
6. Considerações finais.....	83
Referências.....	88
Apêndices.....	95
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista.....	96
APÊNDICE B: Questionário.....	98
Anexos.....	100
ANEXO A: Carta de apresentação e solicitação SMED.....	101
ANEXO B: Carta de apresentação e solicitação escolas.....	102
ANEXO C: Termo de assentimento do menor.....	103
ANEXO D: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	105

1. Considerações introdutórias

1.1. Apresentando a dissertação

A presente dissertação de mestrado insere-se na linha de pesquisa Formação Profissional e Prática Pedagógica, da área de concentração Movimento Humano, Educação e Sociedade, do Programa de Pós Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Pelotas (PPGEF-UFPEL). Esta área engloba pesquisas que visam compreender os processos comportamentais, em termos de controle e aprendizagem motora, os aspectos socioculturais do esporte e da saúde, a formação profissional e a prática pedagógica, assim como possibilidades de intervenção na educação formal e não formal (PPGEF, 2020). Já a linha prioriza estudos relacionados à formação do professor e da professora de Educação Física, o papel da Educação Física como disciplina, a escola como local de formação e de produção do conhecimento, bem como as relações econômicas e socioculturais da Educação Física escolar e não escolar (PPGEF, 2020).

Portanto, essa dissertação está organizada da seguinte maneira:

No capítulo 1 apresentamos as considerações introdutórias, os porquês de ter realizado tal pesquisa, justificando a escolha em toda uma trajetória de vida. Logo, fazemos uma introdução ao tema da pesquisa, trazendo uma conceituação mais profunda do tema central, assim como, um panorama da realidade social que vivemos e dos dois espaços de investigação que nessa realidade estão imersos: a instituição escolar e a Educação Física escolar, apresentando, também, a temática principal e a pergunta que norteia esse trabalho. Para finalizar são apresentados os objetivos dessa pesquisa, tanto o geral, como os específicos.

Já no capítulo 2, os caminhos metodológicos que esta pesquisa seguiu, são expostos. Primeiramente é feita uma caracterização do estudo, seu tipo de pesquisa e os tipos de estudos realizados no momento da inserção no campo. Logo, é apresentada uma caracterização da cidade e da rede de ensino, assim como, dos espaços de investigação e dos participantes. Os instrumentos de coleta são apresentados a seguir, sendo as entrevistas semi-estruturadas e os questionários, ferramentas fundamentais na obtenção dos dados desse estudo. Em seguida, a Análise Textual Discursiva (ATD) é retratada, passando por

seus focos e etapas primordiais no processo de análise dos dados. Por fim, são apresentados os princípios éticos dessa pesquisa, ressaltando a submissão no comitê de ética e pesquisa, os primeiros contatos e a documentação utilizada, além da forma de não identificação dos participantes.

Como forma de organização do pensamento perante as problematizações existentes nessa dissertação, optamos por começar as análises em uma esfera mais ampla, trazendo primeiramente a sociedade, logo a instituição escolar e por fim, as aulas de Educação Física, sendo estas o foco central desse estudo. Portanto, todos esses capítulos são unidades de significados, ou seja, categorias que emergiram durante o processo de análise dos dados.

Visto isso, o capítulo 3 apresenta as questões de gênero no tipo de sociedade que consideramos que vivemos: patriarcal, racista e capitalista. Logo, há uma caracterização da sociedade, ressaltando conceitos e dados da realidade social, vinculadas as questões de gênero, corroborando com esse tipo de sociedade que acreditamos presenciar. Os sujeitos participantes também apresentam as suas posições sobre essa sociedade e as questões de gênero, trazendo os seus entendimentos e os seus argumentos que sustentam as suas considerações.

No capítulo 4 foi tratado sobre as questões de gênero nas escolas Rio-Grandinas, nossos locais de investigação. Apresentamos primeiramente à função social da escola, o tipo de educação que é transmitida nessas, visto que estamos inseridos e inseridas no contexto da sociedade de classes. Depois dessa caracterização, partimos para a investigação sobre as questões de gênero no contexto escolar, ou seja, se de alguma maneira, essa temática era tratada nas escolas investigadas, e para isso, contamos com os dados obtidos com os alunos e alunas, assim como, com os professores e professoras. Também identificamos os posicionamentos dos professores e das professoras sobre essa temática ser tratada na escola, sendo que argumentos foram expostos para embasar as suas ponderações.

Já no capítulo 5, último das análises, foram discutidas as questões de gênero nas aulas de Educação Física. Portanto, para melhor organização, este foi apresentado mediante os seguintes subcapítulos, que, de certa forma, já evidenciam o que foi trabalhado em cada um: 5.1. Que conhecimento está

sendo tratado: traçando um perfil de Educação Física escolar e 5.2. Questões de gênero; sendo que este último apresenta os seguintes tópicos: 5.2.1. Os pró e os contra: o que pensam os professores e as professoras; 5.2.2. Coisas de menino, coisas de menina: os estereótipos de uma sociedade opressora; 5.2.3. “Mista toda vida” ou “a facilidade das aulas separadas”: o dilema da composição das turmas por sexo; e 5.2.4. “Não tão declarada, mas ela existe”: as opressões nas aulas de Educação Física.

Por fim, no capítulo 6, são apresentadas as considerações finais dessa dissertação. Nesse apresentamos um fechamento para a mesma, ressaltando os principais dados obtidos, assim como, as ponderações que a permearam.

1.2. Do futebol do campinho as problematizações existentes: contextualizando os “porquês” dessa pesquisa

Uma menina jogadora. Essa era uma frase que me definia. Sempre gostei de praticar esportes, mais precisamente o futebol, sendo que durante todo o ensino fundamental, fazia parte do time da escola. Esse time, composto por meninas que amavam jogar no campinho da esquina da minha casa, era muito incentivado pela escola, conquistando assim taças e medalhas – a maioria de segundo lugar, mas faz parte -, o que deixava a comunidade escolar cheia de orgulho.

É verdade que esse time levou algumas goleadas, principalmente quando participava de campeonatos de futsal, pois minha escola não tinha, e ainda não tem, uma quadra para praticar tal modalidade, o que, acreditávamos dificultar o desenvolvimento de nossas “habilidades”. Sexo frágil não cabia para nós, pois lesões e luxações de média gravidade aconteciam com frequência durante nossas práticas.

Só que o tempo foi passando, saí do ensino fundamental e fui para o ensino médio, sendo que ao final dos três anos chegou a hora de escolher a profissão a seguir. E nesse momento, lembrei-me do time do campinho e foi a partir dessa estreita relação com o futebol, que optei pelo curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Tinha a finalidade clara de trabalhar com este esporte, passando minha experiência rasa, mas intensamente vivida, para outros sujeitos.

Com o decorrer do curso e com a inserção em um projeto de iniciação à docência, pude adentrar no universo da escola e, conseqüentemente, da Educação Física Escolar, conhecendo as suas peculiaridades e percebendo o futebol escolar não mais como uma aluna, mas sim como uma acadêmica/pesquisadora da área da licenciatura em Educação Física. Notei que seria fascinante investigar sobre um tema que tenho grande apreço e de problematizar questões que antes eu vivenciava, percebendo o futebol escolar a partir de outra visão, com outro viés.

Com essa imersão no universo escolar, as questões de gênero saltavam aos meus olhos, não passavam despercebidas, pois sempre questionava o porquê aquilo era assim e não de outra maneira. Assim, comecei a construir conhecimento a partir dessas minhas inquietações, e foram surgindo trabalhos acadêmicos que tratavam do futebol escolar atrelado as questões de gênero. Como consequência, em meu trabalho de conclusão de curso, pesquisei sobre essa temática, sendo que o mesmo tinha como título: *Futebóis, meninas e suas relações: mapeando um contexto escolar*.

Depois de alguns anos de formada, resolvi voltar para a vida acadêmica concorrendo em março de 2018 a uma vaga na Especialização em Educação Física Escolar do Programa de Pós Graduação Lato Sensu da Escola Superior de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Conquistando essa vaga, adentrei novamente no universo que tanto me fascina, conhecendo pessoas, retornando as leituras e escritas acadêmicas, me inteirando mais sobre a ESEF e, conseqüentemente, sobre o Programa de Pós Graduação com mestrado acadêmico que ali tinha.

Mirando na seleção que aconteceria na metade desse mesmo ano de 2018, foquei nos estudos, “engoli” livros e prestei a seleção para uma vaga no mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação Física (PPGEF) da ESEF – UFPEL. Com o ingresso consagrado, entrei na linha de pesquisa Formação Profissional e Prática Pedagógica, onde desenvolvo, juntamente com meu orientador e grupos de pesquisa e extensão, trabalhos, discussões e ações voltadas para as opressões e a Educação Física dando continuidade também, aos estudos sobre as questões de gênero e o espaço escolar.

Todas as ações que desenvolvi durante esses dois anos de mestrado, só foram possíveis com o auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de uma bolsa, pois sem ela, teria de trabalhar, não me dedicando totalmente para o mestrado e as suas tão importantes ações. Ações essas que foram fundamentais para me motivar a continuar no mestrado, assim como, a acreditar na formação acadêmica. Sempre tive uma crítica muito grande em relação às produções acadêmicas que, de certa forma, acabam ficando guardadas ou então, quando publicadas, atingem um número muito pequeno de pessoas. Com isso, ressalto a importância dos projetos de extensão, a relevância de se ter projetos na universidade que levem conteúdos, atividades, problemáticas para a comunidade, pois é ela que, pagando seus impostos, ajuda a dar sustento para a universidade pública, então, nada mais justo que retribuir.

Toda essa trajetória de vida pessoal e acadêmica me instigou a construir essa pesquisa, pois mesmo realizando pesquisas anteriores, minhas inquietações não tinham sido totalmente saciadas. Em maio de 2019, qualifiquei o projeto e, através de uma banca composta por mulheres maravilhosas, a pesquisa foi melhor “lapidada”. Com muitas considerações importantes e com um grande incentivo para continuar a pesquisa, aprofundei-me ainda mais nesse estudo, buscando meios que me auxiliassem no momento da escrita e das problematizações: autoras, disciplinas, textos, dados da realidade, histórias de vida, enfim, um vasto repertório que compõe esse estudo.

Aprofundando o conhecimento, e, conseqüentemente as críticas, percebo como cada vez mais necessário e emergente as discussões de gênero na escola, pois as opressões e as desigualdades existentes na sociedade refletem dentro das instituições escolares, algo que precisa ser debatido e combatido. Busco, através de minhas ações, minhas problematizações e também dos meus estudos, uma sociedade mais igual, livre de preconceitos e opressões, sendo que para isso se faz necessário uma transformação radical da sociedade.

“Sempre sou aquela que problematizo no almoço de domingo!”

1.3. Introdução ao tema de pesquisa:

[...] a palavra “gênero”, que designa **uma forma de categorizar coisas** e pessoas a partir das diferenças sexuais. A ênfase é dada no processo social de percepção, caracterização e valorização das diferenças biológicas (ANA PAULA VOSNE MARTINS², 1998, p.13) [grifos nossos].

[...] tanto o gênero como a classe são **fenômenos históricos e se definem por meio das relações sociais**. Ambos podem expressar relações de poder, mas também de complementaridade e de reciprocidade (MARTINS, 1998, p. 3) [grifos nossos].

O gênero é **uma forma** de problematizar, **de compreender determinadas relações de poder**. Se o gênero está na origem dos processos de significação e de legitimação do poder (cf. Bourdieu, 1995) isso significa **que ele não atua independentemente de outras categorizações sociais** (MARTINS, 1998, p.14) [grifos nossos].

Para além do rosa e azul. Para além das “coisas de menino” e “coisas de menina”. Para além do “as coisas são assim mesmo”. Permeado de construção social, cultural e histórica, o termo gênero agrega em si características ditas pertencentes e diferenciadas entre o que vem a ser feminino e masculino. Nessa perspectiva, há uma imposição do sentido e do significado de feminilidade e masculinidade, com regras e padrões que estabelecem e indicam o comportamento dos indivíduos, assim como, o seu papel na sociedade, visando sempre à manutenção do sistema do capital.

Como coloca Donna Haraway (2004), gênero ainda pode ser:

Um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004, p. 211).

Nos trechos destacados no início dessa dissertação, a autora supracitada apresenta a sua conceituação de gênero, ressaltando os pontos que sustentam a sua definição. Dentro de suas ponderações, alguns trechos foram destacados, resultando na frase que servirá como base para compreender o que está pesquisa entende por gênero: *“Uma forma de categorizar coisas, um fenômeno histórico que se define por meio das relações sociais e é uma forma de compreender determinadas relações de poder, sendo*

² Com o intuito de ressaltar as mulheres da ciência, procuramos, ao longo do texto, apresentar o nome completo da autora, fazendo isso somente na primeira vez que a mesma for referenciada.

que ele (categoria gênero) não atua independente de outras categorizações sociais”.

Em “uma forma de categorizar coisas” (MARTINS, 1998, p.13), a autora percebe o binarismo sexista da sociedade atual, visto que ainda há um forte sistema de rotulagem entre homens e mulheres, sendo que esses estereótipos são fundamentais na sustentação da base estrutural do contexto social. Heleieth Saffioti (1987) e Danièle Kergoat (2002) corroboram nesse aspecto quando apresentam que constructos e papéis sociais são atribuídos a homens e a mulheres, indicando o espaço de atuação em que pode cada um operar.

Martins (1998) ainda apresenta que este é “um fenômeno histórico” (p. 3), pois como pondera Olívia Rangel e Sara Sorrentino (1994):

Durante muito tempo as mulheres foram relegadas às sombras da história. Entendia-se que ao se falar no ser humano, sempre grafado no masculino – o Homem –, elas estavam subscritas (p.47).

Desde tempos passados até os dias atuais, há uma intensa luta de (re)significação do fenômeno gênero, das construções de masculinidade e feminilidade. Mulheres como o “sexo frágil”; homens como “detentores do poder”; foram significados atribuídos historicamente, sendo consolidados pelo contexto sociocultural. A busca pela emancipação feminina e o desmanche de uma masculinidade tóxica e patriarcal, são questões que estão em evidência no momento histórico atual, sendo elementos fundamentais para alcançarmos uma sociedade sem sujeitos categorizados, rompendo assim com a base patriarcal opressora e exploradora.

Este fenômeno histórico, “se define por meio das relações sociais e é uma forma de compreender determinadas relações de poder” (MARTINS, 1998, p. 3 e 14). Envoltos por uma sociedade patriarcal, racista e capitalista (MIRLA CISNE, 2018), os indivíduos desenvolvem as suas relações sociais, sendo nesse contexto que as relações de poder se intensificam. Cisne (2018), ainda coloca que as relações sociais são aquelas envoltas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagônicas. Voltando o olhar para as relações que envolvem gênero, percebemos múltiplas formas de opressões as mulheres, sendo essas relações dotadas de poder, onde o homem, exercendo a sua função patriarcal, determina a conduta das categorias sociais,

recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (SAFFIOTI, 2001).

Por fim, Martins (1998), apresenta que “ele (categoria gênero) não atua independente de outras categorizações sociais” (p. 14). Olhando pelo viés de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista, Sirma Bilge (2009) ressalta que gênero, raça e classe têm de estarem interligados, sendo como um enfoque integrado, onde o sistema de opressões funciona na multiplicidade dessas categorias. Nesse sentido, Helena Hirata (2014) expõe que a articulação dessas categorias permite perceber as mesmas como uma maneira de apresentar múltiplas formas de ser mulher. Dessa maneira, torna-se relevante ressaltarmos que é diferente ser uma mulher branca e rica, assim como é ser uma mulher negra e pobre. No entanto, precisamos atentar que a luta não deve ser fragmentada, pois mesmo que as opressões se interseccionem, a luta é contra o mesmo inimigo: o capitalismo.

Partindo dessa conceituação de gênero que a presente pesquisa foi embasada. Tendo como temática central as questões de gênero no contexto social chamado escola, esta tem como finalidade “escapar” de interpretações simplistas, refletindo sobre as múltiplas formas que se expressam o masculino e o feminino na sociedade de classes.

Pesquisas como essa surgem em consonância com o que acontece na realidade social do momento, estando em uma crescente desde a década de 1990, acompanhando a progressão de discussões e problematizações dessa temática no âmbito social (SUSANA MARIA VELEDA DA SILVA, 2000). Também, estas emergem com o advento de movimentos sociais, sejam feministas, raciais ou de classe, interseccionados ou não, que constituem-se em torno do fato da exclusão e da desigualdade, almejando mais igualdade de direitos e menos opressão.

Destacando a luta dos movimentos feministas – sendo estas que se sobressaem no quesito sobre a igualdade nas questões de gênero – as mulheres tiveram muitas conquistas ao longo dos anos. A legislação avançou com relação às cotas para a participação feminina na política³ (que garante a

³ Importante atentar que a representatividade pode ser uma arma poderosa nas mãos da classe dominante uma vez que é usada para criar ilusões e incentivar o apoio a líderes que representam os interesses do capitalismo (JÉSSICA CASSEL, 2017).

reserva de 30% das vagas a mulheres candidatas) (1997); com relação à sanção da Lei Maria da Penha (que preconiza o combate à violência contra a mulher) (2006); tivemos a primeira mulher a ocupar o cargo mais importante do país (eleições presidenciais) (2011); o reconhecimento do feminicídio pela lei (homicídio contra a mulher, simplesmente por pertencer ao gênero feminino) (2015); e direito ao aborto de anencéfalos (2012) (ROVENA ROSA, 2018).

Visto que na sociedade capitalista nenhuma reforma é sustentada e que diante de qualquer indício de crise, os direitos dos oprimidos já ficam ameaçados, nos deparamos com retrocessos que somente prejudicam as camadas oprimidas, corroborando nas desigualdades já existentes. Assassinos de mulheres sem resolução, seja por interesse político, seja por brechas na lei; discursos de ódio aclamados pela população que: minimizam as mulheres, excluem a camada LGBT+⁴, desprezam os negros e oprimem a classe trabalhadora; e movimentos políticos retrógrados que vetam propostas que visam promover a cidadania e os direitos humanos de camadas oprimidas, e que exaltam programas que “colocam uma mordança” nos educadores.

Com todo esse retrocesso existente, quando abrimos um jornal, uma rede social, um site eletrônico ou ligamos a televisão de casa, o noticiário é alarmante. A seguir serão expostas notícias de variados meios de comunicação, que apresentam dados sobre as opressões na sociedade brasileira, visto que a opressão de um grupo serve para manter o sistema capitalista que explora e oprime a todos nós de diferentes maneiras (CASSEL, 2017):

Opressão contra a mulher:

O número de mulheres assassinadas por crime de gênero em 2019 aumentou 7,3% em relação a 2018, o que totaliza em 1314 casos de feminicídio no Brasil no ano passado (CARTA CAPITAL, 2020).

A cada 2 minutos, uma mulher é vítima DE ARMA DE FOGO (RELÓGIOS DA VIOLÊNCIA, 2020).

Opressão contra LGBT'S+:

Brasil registrou 124 assassinatos de pessoas transgênero em 2019 (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Opressão contra negros:

⁴ Lésbicas, Gays, Bissesuais, Transgêneros, etc.

Índice de suicídios entre negros no Brasil cresce e racismo é uma das causas (REVISTA FÓRUM, 2019).

Refletindo a sociedade está à escola. Corroborando para que esses dados só se agravem, os governantes adotam estratégias “mirando” nas instituições escolares. O retrocesso já chega até essa esfera através do programa Escola sem Partido⁵ (2004), onde os professores tinham que obedecer a uma série de regras que atingem a sua liberdade de expressão; também através do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que sequer considera o combate à opressão de gênero em suas metas educacionais (PNE, 2014); e ainda através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, visto que as questões de gênero não são mencionadas na última versão do documento que é base educacional para o país (BNCC, 2017). Assim, essa “mira” estratégica, visa instalar o retrocesso nesse local, pois é um espaço de proliferação de conhecimento, um lugar que torna o leigo em sábio, sendo que não é interessante para eles (governantes) formar uma população sábia.

Portanto, esse é o contexto atual que encontram-se as instituições de ensino escolar, um espaço onde estão muitos indivíduos que possuem diferentes opiniões, princípios e valores, que visam diferentes objetivos de vida e que adotam diferentes atitudes, mas que estão cada vez mais submetidos a uma educação mercadológica, elitista e conservadora. Por conta disso, torna-se um espaço rico para indagações e investigações, pois é um local múltiplo e fomentador, que surge com a finalidade de repassar o saber historicamente acumulado pelos homens, além de atuar na subjetividade, influenciando os indivíduos para agirem desta ou daquela maneira (HELENA DE ARAÚJO FRERES; JACKLINE RABELO; MARIA DAS DORES MENDES SEGUNDO, 2008).

E a Educação Física, assim como todas as outras disciplinas, pode auxiliar no processo de uma formação mais crítica e autônoma, trazendo conteúdos atuais e que proporcionem debates construtivos e sínteses apuradas da realidade. Esta também tem um papel fundamental sobre as

⁵ Foi extinto em 1º de Agosto de 2019, por falta de apoio (CARTA CAPITAL, 2019).

construções de gênero existentes na escola, pois como apresenta Vilma Canazart dos Santos (2010):

Ainda que a preocupação com as identidades de gênero esteja presente em todas as situações escolares, afirmamos que talvez ela se torne particularmente explícita numa área que está, constantemente, voltada para o domínio do corpo (SANTOS, 2010, p. 843).

Assim, estreitando ainda mais a temática central de estudo, essa pesquisa tem como foco de investigação as questões de gênero nas aulas de Educação Física em escolas municipais da cidade de Rio Grande – RS. Como pergunta norteadora temos: *Como as questões de gênero são tratadas nas aulas de Educação Física da rede municipal de ensino de Rio Grande - RS?*

Visando abarcar as questões de gênero como explicitado anteriormente, esse estudo, para além dos seus objetivos determinados, também tem como finalidade, promover a reflexão e o debate dessa temática no âmbito escolar, explorando e percebendo as múltiplas formas de ser homem e mulher. (Re) significar os sentidos de masculinidade e feminilidade, assim como perceber as opressões existentes dentro da instituição escolar é um ato de resistência, visto ser um tema emergente e necessário, mas ainda repudiado por diversos sujeitos da nossa sociedade atual.

1.4. Objetivos:

1.4.1. Objetivo Geral:

Analisar como as questões de gênero são tratadas nas aulas de Educação Física da rede municipal de ensino de Rio Grande – RS.

1.4.2. Objetivos Específicos:

- Perceber as posições dos participantes no que tange a sociedade e as questões de gênero;
- Averiguar o tratamento dado a temática gênero nas escolas investigadas;
- Identificar o posicionamento dos professores e professoras sobre a temática gênero ser trabalhada nas escolas e nas aulas de Educação Física.

2. Caminhos Metodológicos

2.1. Caracterização do estudo:

Com o intuito de compreender a realidade, nos apoiamos em correntes teóricas que baseiam-se em um entendimento materialista do desenvolvimento da sociedade e dos fenômenos nela inseridos. Nesse sentido, buscamos autoras que tomam como base filosófica o marxismo, discutindo sobre as questões de gênero, enovelada com o patriarcado, racismo e as classes sociais.

Em relação ao tipo de pesquisa, o presente trabalho seguiu os passos da Investigação Qualitativa, visto que esta valoriza a compreensão dos processos e não apenas dos resultados, sobretudo incluindo o que é singular num contexto histórico e social mais ampliado (MARIA CECÍLIA DE SOUZA MINAYO; IARA COELHO ZITO GUERRIERO, 2014). Arilda Schmidt Godoy (1995) apresenta que esta:

[...] não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, ela envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Nesse sentido, essa abordagem é também chamada de naturalista, visto que está implícita a ideia de que os sujeitos são observados em seu hábitat, de forma não intervencionista (GODOY, 1995), pois os indivíduos e os grupos precisam sempre ser entendidos em seu meio, em sua história e em suas circunstâncias (MINAYO; GUERRIERO, 2014). Desse modo, o investigador interage com o meio em que está inserido, e em suas interações constrói seus repertórios de significados.

Concomitantemente a investigação qualitativa, foi realizado primeiramente um estudo exploratório, onde a pesquisadora parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando maiores conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva. Assim, posteriormente foi realizado o estudo descritivo, produzindo uma análise das características de fatos ou fenômenos, descrevendo o

conhecimento assimilado, assim como as percepções dos sujeitos investigados.

2.2. Caracterização da cidade, da rede de ensino, dos espaços de investigação e dos participantes:

Primeiramente, é importante justificar a escolha dessa cidade para investigação. Basicamente justifica-se por ter sido nessa cidade que realizei toda minha formação escolar e também acadêmica, sendo nesse município que produzi todas as pesquisas voltadas para o ambiente escolar. Dessa forma, acredito ser importante dar continuidade a um trabalho já iniciado, prosseguindo no entendimento linear da temática nas escolas da cidade em questão.

Assim, esse município, localiza-se no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, sendo a cidade mais antiga do estado. Sua economia é voltada para a área portuária, onde tem um importante papel no que diz respeito à movimentação de cargas, devido ao seu porto, sendo o segundo maior do país.

Também tem o seu destaque no setor turístico, pois esta é considerada um patrimônio histórico cultural, repleta de prédios antigos e com construções que remete a história passada. Além do mais, há também os museus voltados para os estudos oceânicos e, mais afastados da zona central, há outros locais de visitação, tais como: Praia do Cassino, a maior praia em extensão do mundo; os Molhes da Barra do Rio Grande, situados na Praia do Cassino, sendo a terceira maior obra de engenharia naval do planeta; Estação Ecológica do Taim, considerada um dos lugares mais bonitos do estado, onde apresenta grande diversidade de animais e paisagens.

Portanto, sendo uma cidade de médio porte, Rio Grande está dividida por cinco distritos, sendo eles: 1º Distrito — Rio Grande (está subdividido em 1º Subdistrito: Cidade do Rio Grande; e 2º Subdistrito: Balneário Cassino); 2º Distrito — Ilha dos Marinheiros (tem como sede a Vila do Porto do Rei, abrange, além da Ilha dos Marinheiros, as ilhas das Pombas, dos Cavalos, da Pólvora, do Leonídio, Caldeirão, Cabras e Constância); 3º Distrito — Povo Novo (tem como sede a Vila do Povo Novo, abrange, também, as ilhas Torotama, Carneiros, Mosquitos e Martin Coelho); 4º Distrito — Taim (tem

como sede a Vila do Taim, abrangendo as ilhas Grande e Pequena) e o 5º Distrito — Vila da Quinta (tem como sede a própria Vila da Quinta). A figura exposta a seguir apresenta de forma clara como as zonas distritais estão dispostas pelo município (Figura 1):

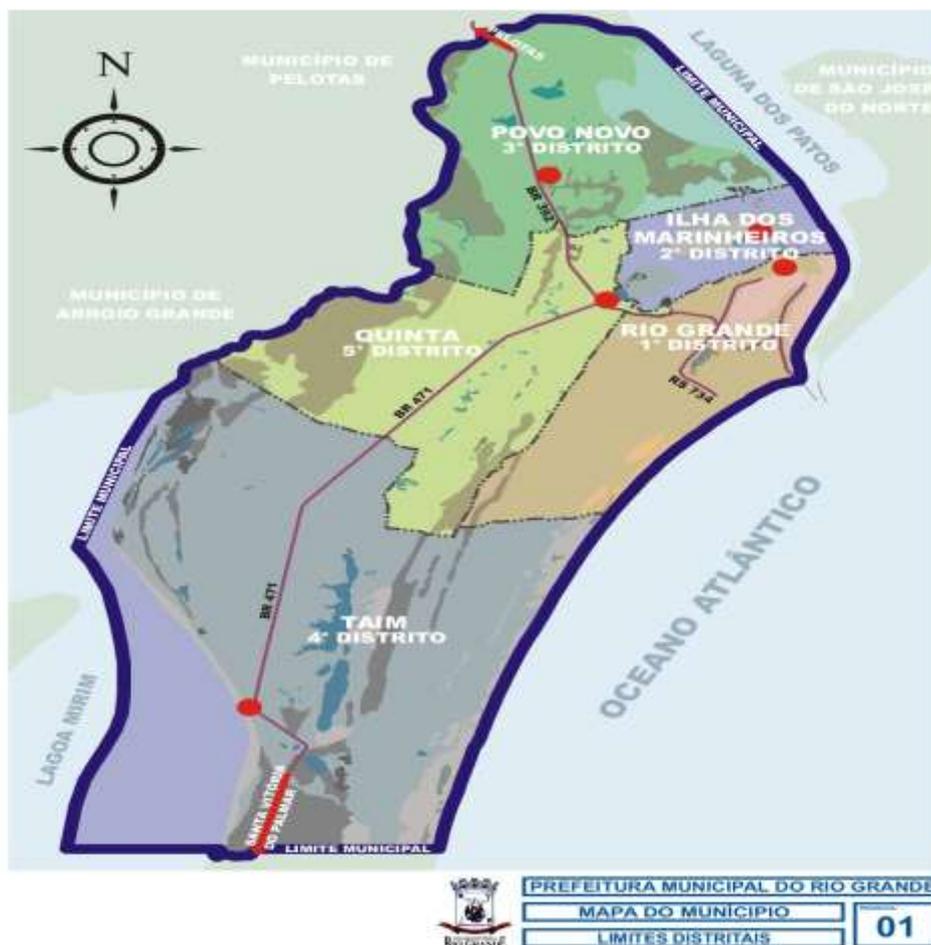


Figura 1: Mapa das zonas distritais da cidade de Rio Grande - RS
 Fonte: Plano Diretor – Prefeitura Municipal do Rio Grande – RS (n.d)

A rede escolar municipal de Rio Grande fica aos cuidados da Secretaria Municipal de Educação (SMED), contando, de acordo com site da prefeitura do município, com: 40 escolas urbanas; 20 escolas do campo; 15 escolas de educação infantil e 7 escolas conveniadas.

Ainda de acordo com o site, atualmente, sob o amparo das disposições da Lei Municipal nº 5.332, de 1999, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino, a Secretaria exerce as atribuições de órgão gestor, cabendo ao Conselho Municipal de Educação a atribuição de órgão normativo e fiscalizador, sendo que as escolas são responsáveis pelas atividades de

ensino, razão maior da existência do próprio sistema (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, n.d.).

Visto toda essa caracterização do município, a sua divisão em zonas distritais e a sua rede de ensino, os espaços de investigação foram definidos. Dessa maneira, escolas da rede de ensino escolar municipal fizeram parte do estudo, sendo uma escola de cada distrito, totalizando assim cinco instituições participantes.

Como critério de escolha da escola de cada distrito, optou-se pela maior em número de alunos, pensando assim, que uma maior abrangência do município seria alcançada. Assim, com a finalidade de comunicar sobre essa pesquisa, entregando um documento comprobatório (ANEXO A), uma visita foi realizada a sede da SMED, no dia 09/10/2018, tendo ainda a intenção de obter os dados numéricos das escolas do município.

Com o levantamento feito, as escolas apresentadas no quadro abaixo foram às selecionadas em concordância com o critério estabelecido. Os dados expostos são básicos para uma visão geral das escolas investigadas, mas suficientes para a seleção requerida (Quadro 1):

Escola⁶	Distrito	Endereço	Número total de alunos	Número total de professores de Educação Física
Helena Small	Rio Grande	Rua Barão de Cotegipe, 155 - Centro,	1095	4
Maria Angélica Villanova Leal Campello	Taim	Br 471 - Km 63 - Taim	244	1
Cristovão	Povo Novo	Rua da Corsan, S/N - Ilha da	120	1

⁶ Todas são escolas municipais de ensino fundamental.

Pereira de Abreu		Torotama		
Sylvia Centeno Xavier	Ilha dos Marinheiros	Frederico de Albuquerque, 580 – Ilha dos Marinheiros	-- ⁷	1
Coriolano Benício	Vila da Quinta	Travessa 20, 107, Abel Cravo – Quinta	475	1

Quadro 1: Escolas selecionadas para o estudo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Realizando contato com estas, apresentando documentação (ANEXO B) e expondo os objetivos e como seria desenvolvida a pesquisa dentro da instituição escolar, todas as escolas aceitaram o convite, disponibilizando os sujeitos para fazerem parte do estudo.

Estes, por sua vez, foram de dois grupos distintos: 1) professores e professoras de Educação Física; 2) alunos e alunas do 9º ano do ensino fundamental; ambos de cada escola investigada. A escolha desses dois grupos de sujeitos justificou-se pelo fato de conseguirmos obter resultados satisfatórios frente à questão da investigação, com variados olhares sobre a instituição escolar e as questões de gênero. Ainda nessa lógica, o fato de ter optado por alunos e alunas do 9º ano do ensino fundamental, ocorre por conta de estes e estas possuírem um maior tempo de Educação Física escolar, tendo assim, maiores subsídios para responder os questionamentos.

Apresentando um convite formal aos professores e professoras, assim como um termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO D), dos sete professores e professoras possíveis, seis participaram, visto que uma professora estava com problemas pessoais, não conseguindo marcar um horário para a realização da entrevista. Dessa forma, o quadro de professores e professoras participantes ficou da seguinte forma (Quadro 2):

Professor	Idade	Gênero	Formação e gênero⁸	Carga horária
------------------	--------------	---------------	--------------------------------------	----------------------

⁷ O número de alunos não estava atualizado no sistema da SMED, no entanto, é a única escola com professores de Educação Física desse distrito.

⁸ Procuramos averiguar se os professores e as professoras tinham alguma formação relacionada a gênero, a fim de perceber se tinham um entendimento prévio da temática.

A	47	F	Nenhuma formação relacionada a gênero	20h – município; 20h - SINTERG ⁹
B	61	F	Nenhuma formação relacionada a gênero	20h - município
C	28	F	Nenhuma formação relacionada a gênero	20h – município de Rio Grande; 20h – município de Pelotas
D	41	M	Nenhuma formação relacionada a gênero	20h - município
E	49	F	Nenhuma formação relacionada a gênero	20h – município; 20h - estado
F	60	M	Nenhuma formação relacionada a gênero	20h - município

Quadro 2: Caracterização dos professores e professoras participantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas oito turmas de 9º ano das cinco escolas participantes, a grande maioria dos alunos e alunas participou, havendo algumas recusas com motivos desconhecidos. Em um primeiro momento, juntamente com o professor/professora de Educação Física, a pesquisa foi explicada aos alunos e as alunas, sendo nesse momento entregue o termo de assentimento do menor (ANEXO C) aos que aceitaram participar, combinando, um dia e horário para a aplicação do questionário aos alunos e as alunas que entregassem o termo assinado¹⁰.

Concretizada a entrega do termo e, conseqüentemente, aceitando o convite de participação na pesquisa, os números de participantes foram sendo fechados, assim como, a predominância de gênero¹¹ e idade (Quadro 3):

ESCOLA	IDADE	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Coriolano Benício	14 – 17 anos	3	7	10

⁹ Sindicato dos trabalhadores em educação do Rio Grande.

¹⁰ O termo poderia ser assinado pelos próprios alunos, mas deveriam ser lido e ter o consentimento dos responsáveis.

¹¹ Nos questionários foi disponibilizado um espaço para os alunos e as alunas colocarem o seu gênero, sendo que somente os gêneros masculino e feminino foram apontados.

Cristovão Pereira de Abreu	14 – 15 anos	1	2	3
Sylvia Centeno	14 – 18 anos	7	5	12
Maria Angélica	14 – 19 anos	10	10	20
Helena Small	14 – 17 anos	47	30	77

Quadro 3: Caracterização dos alunos e alunas participantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Elucidando ainda mais os alunos e as alunas participantes da pesquisa, o gráfico a seguir mostra um panorama geral, trazendo a quantidade total e de cada gênero (Figura 2):

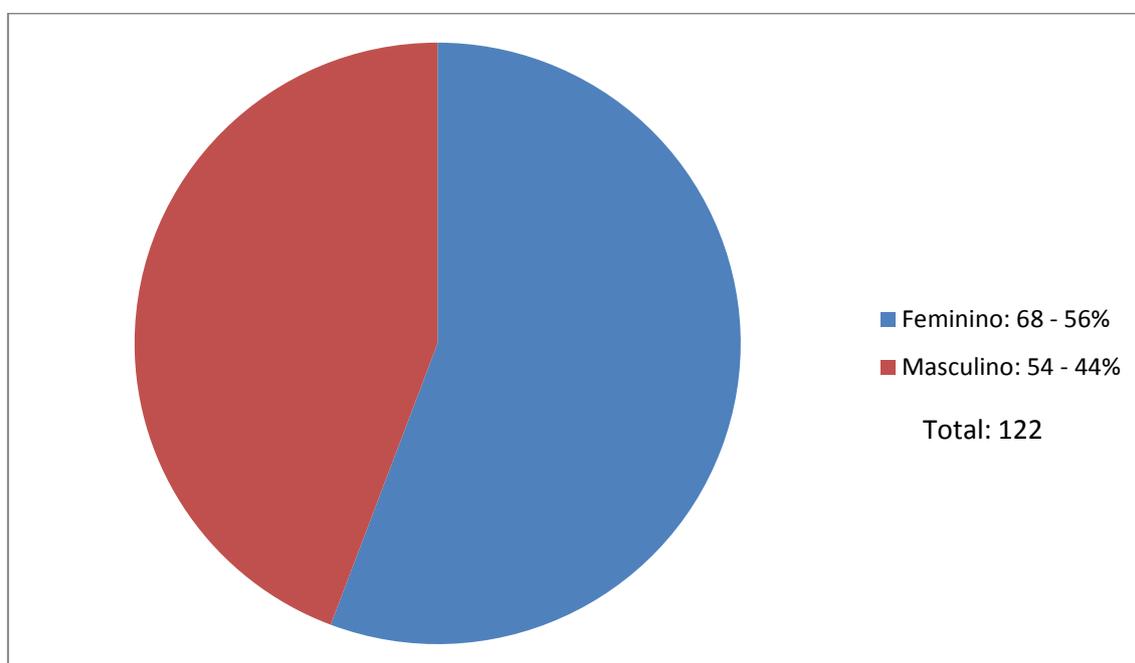


Figura 2: Gráfico 1 - Quantidade total e divisão por gênero dos alunos e alunas participantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

2.3. Instrumentos da pesquisa:

Com a finalidade de averiguação dos fatos, os instrumentos utilizados na coleta de dados, foram de dois tipos:

2.3.1. Entrevistas semi-estruturadas:

Visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, a pesquisa qualitativa considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados (GODOY, 1995). Nesse sentido, foi

realizado um total de 06 entrevistas semi-estruturadas com os professores e professoras, que, baseadas em um roteiro (APÊNDICE A), englobava perguntas abertas e questionamentos básicos, onde, apoiados em hipóteses e/ou teorias, os participantes tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (VALDETE BONI; SÍLVIA JUREMA QUARESMA, 2005).

Havendo um contato prévio, onde os professores e as professoras ficavam cientes do tipo de pesquisa, assim como, do instrumento de coleta que seria utilizado, eles e elas respondiam se participariam, sendo entregue o termo de consentimento livre e esclarecido, já ficando marcado o dia e horário para a realização da entrevista.

Essas entrevistas foram realizadas no ambiente natural dos participantes, a escola, sendo geralmente realizada na sala deles e delas, ou na biblioteca. Nesse contexto, era importante um local que oferecesse conforto e que oportunizasse a eles e elas, liberdade e espontaneidade para responder as indagações.

Assim, as entrevistas foram realizadas de modo individual e gravadas no aparelho de celular, tendo um caráter de diálogo, com duração média de 30 minutos. Com a finalidade de direcionar a discussão para o assunto da pesquisa, algumas questões adicionais foram feitas, evitando também que os entrevistados e as entrevistadas tangenciassem o tema (BONI; QUARESMA, 2005).

Logo, as entrevistas foram transcritas e enviadas por email para os professores e professoras, solicitando que os mesmos fizessem uma leitura, sugerindo alterações, autorizando, por fim a reprodução das informações. Essas informações foram organizadas em gráficos, tabelas e tópicos formando assim, uma das bases de dados dessa pesquisa.

2.3.2. Questionário:

Sendo uma importante ferramenta de coleta de dados, 122 questionários foram aplicados com os alunos e alunas participantes. Considerado uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações, o questionário (APÊNDICE B) foi construído de maneira simples e clara, visando alcançar com êxito respostas que auxiliassem no enriquecimento da pesquisa.

Aos alunos e alunas foi explicado o tipo de pesquisa, os seus objetivos, assim como, através de que instrumento de coleta os mesmos e as mesmas contribuiriam com o estudo. Quem optou por participar, levou para casa um termo de assentimento do menor, que, no dia e horário marcado, deveria levar assinado e com o consentimento dos responsáveis.

Composto por perguntas abertas, concretas e precisas, os alunos e as alunas, no dia e horário previamente combinado, entregaram os termos e, assim, receberam o questionário, sendo respondido com as suas próprias palavras, sem qualquer restrição. Este foi aplicado na própria sala de aula dos alunos e das alunas, de modo coletivo/ individual (todos e todas estavam presentes no momento, mas cada um respondeu o seu questionário individualmente).

Logo após, os questionários foram analisados e as informações nele contidas foram organizadas em tabelas, gráficos e tópicos, criando assim uma das bases de dados da presente pesquisa.

2.4. Explorando os dados a partir da Análise Textual Discursiva - ATD:

Como metodologia de análise de dados, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), visto que essa se configura como uma metodologia de etapas extremamente minuciosas, requerendo do pesquisador a atenção e a rigorosidade em cada etapa do processo (ALANA DAS NEVES PEDRUZZI *et al.*, 2015).

Sendo uma metodologia bastante utilizada em pesquisas qualitativas, esta tem como principal objetivo o auxílio na compreensão dos fatos da realidade. Desse modo, o processo de análise dos dados seguiu meticulosamente os quatro focos distintos desse método: 1) desmontagem dos dados, unitarização do corpus da pesquisa; 2) relação dos elementos, categorizando, o começo da sistematização; 3) nova compreensão de determinada realidade e 4) formação de um todo, um sistema auto – organizado (PEDRUZZI *et al.*, 2015).

Dentro desses focos, estão às etapas, também peças fundamentais no processo de análise dos dados. A primeira etapa consistiu no processo de unitarização: o texto (respostas das entrevistas e dos questionários) foi desconstruído e fragmentando em unidades de significados. Já na segunda

etapa houve a organização de categorias, as quais foram constantemente reagrupadas, visando apresentar de maneira mais fidedigna os dados coletados. E, por fim, foram elaborados os metatextos, ou seja, a prática da escrita, sendo constantemente aperfeiçoados e reorganizados, sendo esta a característica central do processo de desenvolvimento desta metodologia (PEDRUZZI *et al.*, 2015).

2.5. Princípios Éticos:

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), através da Plataforma Brasil e aprovada pelo parecer nº 3.098.884 de 20/12/2018. Após a aprovação pelo CEP, em um primeiro contato com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), munida de um documento de solicitação e autorização (ANEXO A), fui autorizada para realizar tal pesquisa. Com isso, dirigi-me até as escolas participantes, onde apresentei uma carta de apresentação e solicitação (ANEXO B), sendo dado o aval para a realização da pesquisa.

Importante salientar que respeitando a Resolução 466/12 e os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, (BRASIL, 2012), os participantes foram convidados a colaborar voluntariamente, assinando o Termo de Assentimento do Menor (ANEXO C) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO D). Durante a análise e escrita do estudo, com a finalidade de não identificar os participantes, utilizamos pseudônimos que traziam o tipo de atividade na escola seguida de uma letra: “Professora A”, para professores e professoras, sendo que para os alunos e as alunas, visto a grande quantidade, foi também identificada à escola que fazia parte: “Aluno B – Escola Cristovão Pereira de Abreu”.

3. As questões de gênero na sociedade patriarcal, racista e capitalista

Imersos em um sistema engenhoso e complexo, imersos em um “modelo de sociedade patriarcal-racista-capitalista” (CISNE, 2018). É nesse contexto que vivemos, que as relações sociais se desenvolvem, que as relações de poder se intensificam.

Tendo o seu início em meados do século XVI, o capitalismo surgiu como um sistema de produção, baseado na exploração de mão de obra, alcançando sua plenitude com o advento da Revolução Industrial. Sendo um modo de produção de mercadorias, para que o capitalismo aconteça se faz necessário que a concentração da propriedade dos meios de produção esteja em mãos de uma determinada classe social e que haja outra classe, sendo que sua única fonte de sustento seja a venda da força de trabalho assalariada (SAFFIOTI, 1987).

O patriarcado, por sua vez, designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens, sendo assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres (CHRISTINE DELPHY, 2009). Saffioti (2004) defende o uso do conceito de patriarcado, pois esse representa um tipo hierárquico, que concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres. Para esta mesma autora, o sistema patriarcal e sua ideologia impregnam a sociedade e o Estado, reforçando que a sociedade atual é composta pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo (SAFFIOTI, 2004).

Completando o modelo de sociedade, temos o racismo. Djamilia Ribeiro (2019) sugere que nunca entremos em uma discussão sobre racismo dizendo “mas eu não sou racista”, isso porque o que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural. Importante atentar que o racismo é parte da estrutura social, compondo esse sistema que, por toda a história, vem beneficiando a população branca (RIBEIRO, 2019).

Visto isso, a maioria das relações sociais são baseadas nesse sistema dominação-exploração que é o “patriarcal-racista-capitalista”, sendo que as questões de gênero sofrem com as consequências desse tipo de sistema. Desse modo, a cada dia nos deparamos com uma enxurrada de dados preocupantes e de declarações ultrapassadas, resultando em toda uma sociedade conservadora e retrógrada:

O Brasil teve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídio em 2019 em comparação com 2018, aponta levantamento feito pelo G1 com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal. São 1.314 mulheres mortas pelo fato de serem mulheres – uma a cada 7 horas, em média (G1, 2020).

Número da violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul em janeiro de 2020: ameaça: 3359; lesão corporal: 2083; feminicídio consumado: 10; feminicídio tentado: 32 (SSP/RS, 2020).

No RS, mulheres têm salário 26% menor que dos homens e queda nas posições de chefia (DIÁRIO DE CANOAS, 2020).

Bolsonaro: Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade (HUFFPOST, 2019).

“A cada 20 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (RELATÓRIO GGB, 2019).

Bolsonaro: O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias (HUFFPOST, 2019).

Índice de suicídios entre negros no Brasil cresce e racismo é uma das causas (REVISTA FÓRUM, 2019).

Bolsonaro: Fui num quilombola [*sic*] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais (CARTA CAPITAL, 2018).

O Brasil é o segundo país mais desigual do mundo entre aqueles que disponibilizam estimativas com base em dados tributários, só perdendo para o Qatar: 1% da população mais rica – cerca de 1,5 milhão de pessoas – concentra 23,2% da fatia da renda total declarada pelas pessoas físicas ao Imposto de Renda, pouco abaixo dos 27% naquele país do Oriente Médio (ESTADO DE MINAS, 2019).

Em muitos momentos os agentes principais dessa sociedade, os cidadãos, reconhecem o tipo de sociedade que vivemos, como coloca uma professora participante desse estudo:

[...] nos tempos de agora assim, que a gente tá vivenciando uma política misógina, machista, e a gente não pode deixar isso se cristalizar (Entrevista Professora A).

Nessa mesma conjuntura, outra professora desabafa quando expressa sua opinião sobre o contexto social atual: “O machismo, tá bem difícil de suportar...” (Entrevista Professora B).

Os alunos e as alunas, outros sujeitos participantes da pesquisa, também manifestaram-se acerca dessa problemática através do questionamento se ainda há preconceito contra as mulheres em nossa sociedade (Figura 3):

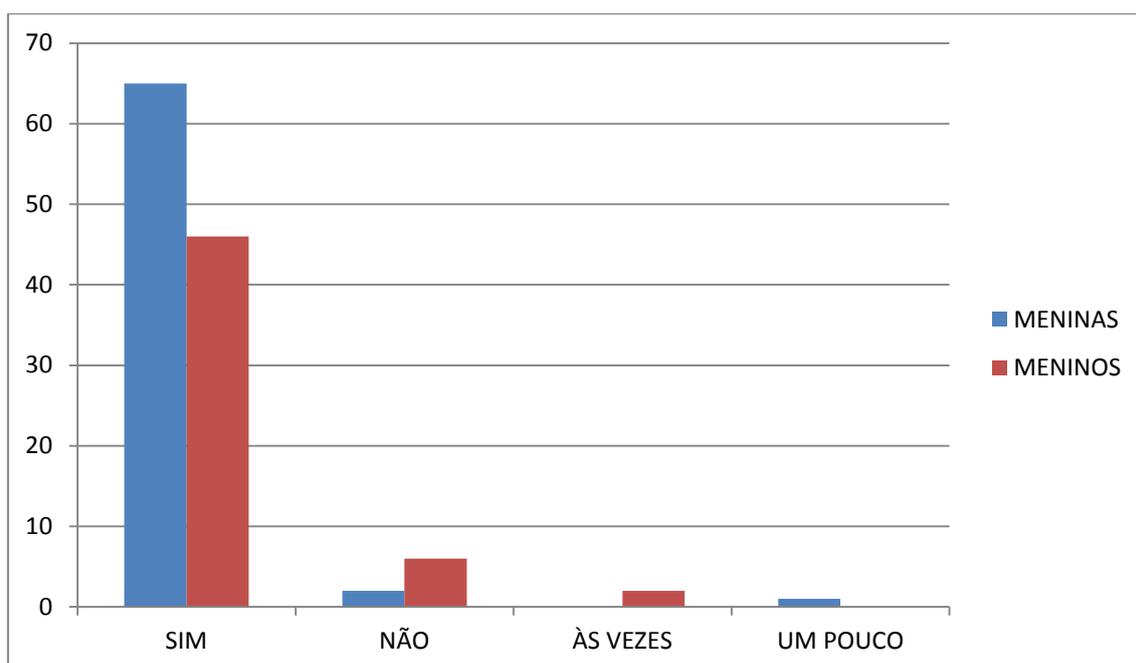


Figura 3: Gráfico 2 - Opinião dos alunos e das alunas participantes sobre preconceito contra as mulheres na sociedade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como apresenta a figura 3, 91% dos participantes da pesquisa, independente do gênero, acredita que as mulheres sofrem preconceito na sociedade, sendo que desses são 65 meninas e 46 meninos que afirmaram essa situação. Totalizam apenas 3% os que colocaram que às vezes há e que há um pouco de preconceito. Por outro lado, temos os que alegaram não haver preconceito contra as mulheres, sendo 2 meninas e 6 meninos, resultando em 7% do total de participantes.

Ainda, quando referido sobre nossa sociedade atual os participantes a classificaram como uma sociedade estereotipada, como apresenta a fala da professora:

É ela ainda é muito **binária** né, é **homem e mulher**, masculino e feminino... Eu acho que se avançou um pouco [...] e até em função do próprio machismo né, que ainda impera ainda em muitas questões, muitas dimensões assim da sociedade... (Entrevista Professora A) [grifos nossos]

Nessa sociedade estereotipada, o padrão é estabelecido pelo senso comum e por ideias preconcebidas sobre algo ou alguém, sem se ter o seu conhecimento real. Sempre há a tentativa de enquadrar todos e todas, delimitando os campos de atuação da mulher e do homem (SAFFIOTI, 1987).

Reforçando esse rótulo de sociedade estereotipada, os alunos e as alunas colocaram suas críticas considerações, indicando uma suposta fragilidade feminina; o campo em que dizem que as mulheres devem atuar; as regras que devem seguir; os deveres que são impostos a elas:

Sempre fomos consideradas inferiores e infelizmente esse cenário irá demorar para mudar. E tudo isso ocorre graças a uma sociedade misógina e retrógrada (ALUNA A – ESCOLA HELENA SMALL).

Muita gente acha que lugar de mulher é na cozinha e cuidando da casa e eu acho errado (ALUNO B – ESCOLA CRISTOVÃO PEREIRA DE ABREU)

Sexualizam as mulheres desde pequenas... (ALUNA C – ESCOLA HELENA SMALL).

As mulheres são oprimidas só por ser mulher (ALUNO D – ESCOLA HELENA SMALL).

Sociedade muito presa na visão de “recatada e do lar”, gerando preconceito, quando ela passa por cima dessas “regras” (ALUNA E – ESCOLA HELENA SMALL).

“Sexo frágil” (ALUNA F – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Mundo machista. Até mesmo para procurar emprego, no momento de contratar, vão preferir o homem, pelo simples fato que o homem não ficar grávido, ou não precisa faltar ao trabalho por causa dos filhos (ALUNA G – ESCOLA HELENA SMALL).

Sociedade acha que a mulher nasceu para fazer suas “obrigações” domésticas, tem que usar roupas “adequadas”, e esquecem que elas são livres (ALUNA H – ESCOLA SYLVIA CENTENO).

Nos jogos, trabalhos, atividades, como se as coisas de menina se separasse das coisas de menino (ALUNA I – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Esse montante de imposições e deveres estereotipados identificados por todos e todas, e sofridos pelas alunas, atinge fortemente a área da Educação Física e seus profissionais, como expõe a professora E durante a entrevista:

[...] eu já passei por algumas situações, por eu ser mulher, professora de Educação Física, eu já fui questionada... Se eu era capaz de estar assumindo essa função [...] **uma briga eu mostrar que eu sou competente [...] ou porque o meu corpo também sempre fugiu do padrão [...] sou mulher sim, sou gorda sim e sou capaz sim**, então **nas alunas eu questiono muito isso** [...] [grifos nossos].

O fato do corpo padrão, ainda mais para uma professora de Educação Física, é algo corriqueiro no contexto social e profissional. A professora em questão luta para mostrar o quanto ela é competente para assumir tal posição, luta contra os preconceitos estabelecidos, e, instiga e incentiva as suas alunas

a lutarem contra essa sociedade que as rotula e predetermina os seus papéis sociais.

Além disso, as questões de gênero nos esportes também não estão imunes a rotulações preconcebidas. Os alunos expuseram que:

Pessoas que não se atualizaram, acham que as mulheres não tem capacidade para alguns esportes (ALUNO L – ESCOLA CORIOLANO BENÍCIO).

Não pode jogar futebol porque não sabe, discriminação (ALUNO M – ESCOLA SYLVIA CENTENO).

Podemos perceber o quanto esse enquadramento da mulher como “sexo frágil”, a predetermina como incapaz de realizar tal atividade. A desigualdade de gênero nos esportes é algo gritante e evidenciado desde tempos outrora, quando em meados dos anos 40, o então presidente da república Getúlio Vargas determinou no artigo 54 do decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941:

Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país (BRASIL, 1941).

Nesse decreto-lei não há a indicação de quais esportes eram proibidos para as mulheres, mas há a clara intenção de um trato desigual no que tange gênero e os esportes.

Voltando aos tempos modernos, o nosso sistema social de dominação-exploração, ainda é desigual também no que diz respeito a gênero e o mundo do trabalho. Como dito por alguns participantes, em uma “sociedade machista em relação quase tudo, emprego...” (Aluno J – Escola Coriolano Benício), “os homens ganham mais, sendo que a mulher trabalha mais” (Aluna K – Escola Sylvia Centeno).

Comprovando essas considerações, um estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que as mulheres ganham menos do que os homens em todas as ocupações selecionadas na pesquisa. Assim, mesmo com uma queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as trabalhadoras ganham, em média, 20,7% menos que os homens no país (IBGE, 2019).

Claúdia Mazzei Nogueira (2010) apresenta que para a manutenção da ordem social da lógica do sistema de dominação-exploração é necessária essa divisão entre os gêneros, sendo fundamentais relações sociais de gênero

desiguais, hierarquizadas e contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre o feminino (NOGUEIRA, 2010). Nesse aspecto, a divisão sócio-sexual do trabalho é um fenômeno histórico que expressa uma hierarquia de gênero, sendo que:

[...] percorrer sobre esta é articular a descrição do real com uma análise dos processos pelos quais a sociedade se utiliza dessa dinâmica de diferenciação com o intuito de precarizar e hierarquizar as atividades (NOGUEIRA, 2010, p. 61).

Posições conservadoras acerca dessa problemática auxiliam nessa manutenção da ordem social da lógica do sistema atual. Minimizar a questão, negligenciando o tema, é um ato que resulta na ausência de discussão do mesmo e, conseqüentemente, na ausência de solução desse problema:

Coisa muito complexa isso aí, acho que está **todo mundo muito perdido, não tá tudo definido**, acho que existe muita coisa sobre que... é moda ainda, eu.. viro uma... pra mim né, ainda virou... **tá muito no modismo** [...] **com a idade que eu lido, elas não tem uma definição** [...] **virou moda essas coisas de gênero** [...] **dessa forma eu acho errado, aah por que tem que experimentar...** (Entrevista Professor D) [grifos nossos].

No entanto, podemos constatar que alguns avanços já foram obtidos desde os tempos antigos, como o avanço na legislação brasileira; no mundo do trabalho, dos esportes; no poder das mulheres se expressar. Nesse ponto, uma aluna ressaltou a sua opinião:

Hoje em dia, as mulheres têm sido mais ouvidas, tem mais liberdade para expressar a sua opinião e o seu ponto de vista (ALUNA L – ESCOLA HELENA SMALL).

Esses avanços, somente foram alcançados por conta de movimentos sociais que lutam pela igualdade de gênero, pois como colocou a aluna:

Temos que ter os mesmos direitos independente de cor, raça ou gênero, pois somos todos iguais (ALUNA M – ESCOLA HELENA SMALL).

Portanto, essa luta deve continuar, pois a sociedade continua sendo estruturada pelo nó patriarcal-racista-capitalista, segue somando dados da realidade preocupantes e declarações retrógradas e misóginas. Desse modo é essencial pensar que a categoria gênero atua em consonância com raça e classe, que os mesmos não atuam independentes e que as batalhas precisam ser travadas a partir dessa tríade, pois somente assim, poderemos alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

4. As questões de gênero nas escolas Rio – Grandinas

A escola como uma instituição social própria, tem a sua sistematização ditada através de regras e normas, que almejam delimitar e organizar esse espaço institucional. Dentro desse local, há uma série de relações sociais e de poder entre os sujeitos, formando assim, uma trama própria daquela cultura escolar.

Mesmo existindo em cada escola a sua própria cultura, no contexto da sociedade de classes, a educação que nas escolas é transmitida, repassa “valores, atitudes, comportamentos, conhecimentos a todos os indivíduos, mas com uma ressalva: essa transmissão é feita de acordo com os interesses da classe dominante” (FRERES; RABELO; MENDES SEGUNDO, 2008, p. 2). Assim, de acordo com esses interesses, há uma grande diferença entre o que cada classe deve aprender:

Enquanto os filhos da classe dominante se preparavam para serem os futuros dirigentes da sociedade, os filhos dos trabalhadores tiveram acesso ao conhecimento básico necessário à produção, habilitando-se profissionalmente para a execução de tarefas laborativas (FRERES; RABELO; MENDES SEGUNDO, 2008, p. 2).

Nessa conjuntura, entendemos que “somente numa sociedade emancipada todo o sistema educacional será modificado para a reprodução social sem interesses de classes” (FRERES; RABELO; MENDES SEGUNDO, 2008, p. 9). Isso porque, percebemos que:

Sob a lógica do capital, não há a menor possibilidade de realização de uma educação emancipadora, visto que ela, tendo esse sistema como base, necessariamente contribuirá para a disseminação dos interesses da classe dominante, bem como dos saberes que ela necessita para a produção (FRERES; RABELO; MENDES SEGUNDO, 2008, p. 9).

Assim, a escola espelha essa sociedade de classes, trazendo conceitos, problemáticas e naturalizações que existem para além dos muros da escola. Nesse sentido, nota-se que a escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais permanecem do lado de fora. Ela é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições (NILMA LINO GOMES, 1996). Corroborando com isso, a professora A colocou a sua posição:

[...] a escola tá ainda muito presa a questões assim, não é todo o professor que superou o machismo... (Entrevista Professora A).

Além de refletir a sociedade, a escola também internaliza preceitos estruturantes da sociedade patriarcal, racista e capitalista, adotando medidas que naturalizam situações, que aumentam a segregação entre os indivíduos e que corroboram com a opressão. Ela assume direcionamentos diferentes em cada momento histórico, atendendo, historicamente, e de forma eficaz aos interesses do capital (FRERES; RABELO; MENDES SEGUNDO, 2008).

E como ficam as questões de gênero nesse espaço? Ou não ficam?

Por um lado, temos escolas que ainda são muito resistentes em abordar essa temática. Ana Flávia do Amaral Madureira e Ângela Uchoa Branco (2015), apresentam que temos uma deficiência em relação à formação dos professores e professoras diante dessa temática, necessitando assim de atividades de capacitação dos mesmos e das mesmas. Trazendo outra justificativa, o estudo de Ana Cláudia Bortolozzi Maia; Carolina Navarro e Ari Fernando Maia (2011), apresentam que a crença de que as diferenças entre homens e mulheres são universais e imutáveis reforçam uma postura omissa ou reprodutivista do professor e da professora, resultando em uma instituição escolar que negligencia o seu importante papel político de instrumento de modificação social.

Por outro lado, temos escolas que são abertas para implantação de programas e projetos que tratem sobre esse tema, escolas que constroem junto à comunidade escolar, atividades que trabalhem didaticamente sobre as desigualdades existentes, problematizando e questionando o porquê de ainda vivermos em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista. Exemplificando isso, temos o projeto “Escola Promotora da Igualdade de Gênero” que atua em diversas escolas do município desta pesquisa, buscando nas diversas atividades, problematizar as desigualdades de gênero e sexuais, contribuindo, assim, para a inserção e participação igualitária em direitos e deveres de mulheres e homens na sociedade (GESE, n.d.).

Refletindo essa sociedade sexista, as opressões de gênero permeiam o espaço da maioria das escolas, visto que diferentes mecanismos são utilizados pelas instituições escolares. Por um momento dissemina conteúdos e metodologias diferenciados para mulheres e homens, se utilizando de preceitos estruturantes da sociedade patriarcal. Por outro caracteriza sexualmente os gestos, impondo papéis que reforcem e/ou produzam os sentidos de fragilidade

feminina e de racionalidade masculina, colaborando, assim, no binarismo sexista existente (CHRISTIANNE LUCE GOMES WERNECK, 1996).

Ainda sobre isso, os dados da “Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil (2016)”, ressalta as opressões de gênero existentes nas instituições educacionais, principalmente as relacionadas às camadas não heteronormativas:

1) Perguntamos se em algum momento no último ano letivo se sentiram inseguros/as na instituição educacional por causa de alguma característica pessoal, incluindo: orientação sexual, gênero, identidade/expressão de gênero (ou seja, em termos tradicionais, até que ponto a aparência ou os comportamentos correspondiam a noções tradicionais do “masculino” ou do “feminino”), bem como o tamanho ou o peso corporal.

Muitos/as dos/das estudantes LGBT se sentiam inseguros/as na instituição educacional por causa de sua orientação sexual e identidade / expressão de gênero:

- 60,2% afirmaram se sentir inseguros/as na instituição educacional no último ano por causa de sua orientação sexual;
- 42,8% se sentiam inseguros/as por causa da maneira como expressavam o gênero (PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL, 2016, p. 27).

2) Perguntamos para os/as estudantes sobre a frequência com que ouviam comentários LGBTfóbicos:

- Quase a metade (47,5%) dos/das estudantes LGBT relataram ter ouvido outros/as estudantes fazendo comentários pejorativos, tais como “bicha,” “sapatão,” ou “viado,” frequentemente ou quase sempre na instituição educacional. Além disso, perguntamos para os/as estudantes que costumavam ouvir comentários LGBTfóbicos na instituição educacional até que ponto isto estava comum entre a população estudantil;
- (21,7%) relataram que esses tipos de comentários eram feitos pela maioria dos seus pares;
- Mais de dois terços (69,1%) dos/das estudantes relataram que já ouviram comentários LGBTfóbicos feitos por professores/as ou outros/as funcionários/as da instituição educacional (PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL, 2016, p. 31).

E como todas as situações sempre podem piorar, uma série de políticas retrógradas estão pairando sobre o sistema educacional brasileiro. Amordaçando a liberdade de ensinar, o programa Escola sem Partido surgiu com a proposta de restringir a liberdade de expressão dos professores e as professoras, ditando uma série de regras, que estão expostas na figura a seguir (Figura 4):



Figura 4: "Regras" do professor

Fonte: Site do programa: <https://www.programaescolasempartido.org/>

Documentos que determinam diretrizes, metas e estratégias para a educação, caminham conjuntamente com o programa já citado, sendo também políticas educacionais consideradas retrógradas. Em 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE) acatando aos pedidos do Ministério da Educação (MEC) retirou da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as menções a gênero e sexualidade, incluindo o eixo “princípios e valores éticos” e o ensino religioso. Com uma forte bancada religiosa, os parlamentares do congresso foram maioria na votação, igualando a BNCC ao Plano Nacional de Educação (PNE), que também não menciona as questões de gênero em sua última versão documental.

Corroborando com isso, apresentamos a fala de uma das professoras participantes da pesquisa, uma fala que somente garante (infelizmente) o sucesso alcançado dessas políticas retrógradas:

Só que tão colocando dúvidas sobre o que a gente faz... No sentido de que a gente não deveria falar sobre isso, que a escola não deveria tratar sobre a sexualidade, que a escola não deveria tratar certos tabus... Mas se a gente não tratar. Quem vai? Vai ser essa influência que eles estão tendo desses outros meios... Vai ser a influencia da

igreja... Vai ser influência da família... Tudo tinha que influenciá-los... Mas não dizer que a escola não podia discutir isso... Só que existe uma frente nos últimos anos, não sei se da família ou de quem... Colocando em dúvida como a gente trabalha esse tema. Não pode ensinar que tem a camisinha, não pode dizer que existe diferentes sexualidades... Sim, mas a gente tá sendo questionado que não compete... Não teria competência nossa fazer isso... Eu acho um absurdo, porque que a escola não pode fazer? Como é... Então a gente tá direcionando a sexualidade da criança, não... A gente tá orientando elas saber sobre o assunto, agora que direção ela vai tomar, não foi por nossa influência... Eu acho que conhecimento nunca é demais. (Entrevista Professora E).

Frente todo esse cenário, verificou-se nas escolas pesquisadas se as questões de gênero eram tratadas de alguma forma, seja através de programas, projetos e atividades afins. Três professoras afirmaram que em suas escolas não há nenhum tipo de atividade relacionada às questões que envolvem a temática de gênero. Já outro professor afirmou que apenas a professora da disciplina de religião trabalhou com a temática na escola, sendo que outra professora disse que em sua escola apenas no Projeto Político Pedagógico (PPP), há essa discussão. Apenas um professor acredita que sempre há esse debate nas instituições escolares.

Esses dados mostram que a maioria das instituições escolares participantes dessa pesquisa não trabalha com essa atual e pertinente temática. Importante entendermos que é preciso trabalhar com conteúdos contemporâneos, ou seja, com problemáticas dos nossos tempos atuais, garantindo aos alunos e as alunas o conhecimento do que de mais moderno existe no mundo, mantendo-o informado dos acontecimentos nacionais e internacionais, bem como do avanço da ciência e da técnica (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Ainda nesse contexto, foi questionado qual o posicionamento dos professores e das professoras diante desse tipo de discussão nas escolas, resultando em dois grupos distintos, os que podemos chamar de pró-discussão e os contra a discussão:

[...] eu acho que dá muito resultado, tanto para a formação do professor [...] Bem positivo (Entrevista Professora A).

Eu acho que interessante né, um espaço para discutir e colocar essas questões [...] Porque eu acho que todo lugar é lugar, né? Mas, eu acho que é importante sim, se tiver algum projeto, seria interessante... (Entrevista Professora B).

Eu acho legal, eu acho interessante [...] acho importante. Esses grupos poderiam trabalhar mais, não sei se trabalham em alguma

escola, mas aqui eu nunca vi nada nesse sentido... (Entrevista Professora C).

[...] eu acho que as crianças têm que vivenciar a discussão. A escola tem que ser um lugar para discutir e saber o correto... O correto quando eu digo é aquela coisa assim... Que não é o vulgar, que não é o banal, é o lado da ciência mesmo... O quê que é tu gerir uma criança? O quê que é tu cuidar de uma criança? Quê que é tu começar a se interessar pelo... Por outra pessoa... Independente agora do gênero. Ah porque eu sou bissexual... Poh, mas tu tens ideia o que são esses conceitos para ti tá... Ou é um modismo? Eu até tem horas... Penso que é um modismo... Só que o que está influenciando esse pensar desses alunos... Não é a escola, mas é alguma coisa fora, então eu acho que a escola tem que discutir... (Entrevista Professora E).

Eu acho que os projetos são importantes, todos os projetos, todos eles são importantes, entendesse... Só que a gente não vê os resultados na verdade, porque o projeto é lançado, desenvolvido... O quê que aconteceu? (Entrevista Professor F).

Percebemos que estas professoras e este professor entendem a importância que há em trabalhar as questões de gênero no âmbito escolar, sendo que algumas mostram os seus argumentos e problematizam o porquê de projetos não serem aplicados na escola. O Coletivo de Autores (1992) reforça esse entendimento quando coloca que é preciso tratar de conteúdos que viabilize a leitura da realidade estabelecendo laços concretos com projetos políticos de mudanças sociais.

No grupo contra a discussão temos um professor:

[...] eu acho [...] que é uma coisa complicada né [...] eu acho que nada pode ser forçado ou abusivo demais, eu digo para os meus alunos assim ó, não é porque hoje está mais liberada essa questão toda que tu pode fazer o que tu queres, eu digo assim ó, eu já não acho certo casal dito normal né, ficar se beijando na frente de todo mundo [...] então não posso achar correto [...] Não, normal não é (Entrevista Professor D).

Ele acredita que trabalhar com esse assunto na instituição escolar é um tanto complexo, que “caberia mais a família orientar” (Entrevista Professor D). Nesse contexto, uma pesquisa realizada com pessoas entre 15 e 25 anos, aponta que a família não é nem a segunda opção quando os/as jovens precisam tirar dúvidas sobre sexo e temas afins: 60% deles buscam a internet, 15%, os amigos, e somente 8% recorrem aos pais (CORREIO BRAZILIENSE, 2017).

Seria interessante se as famílias realmente conversassem, orientassem as suas crianças e jovens. No entanto, na maioria dos lares - como aponta a

pesquisa - o que ainda encontramos é um grande tabu, um silenciamento dentro do núcleo familiar quando o assunto é gênero e sexualidade, como se essas questões não fossem inerentes aos seres humanos.

Por outro lado podemos perceber esse silenciamento como uma forma de educar. A maioria das crianças e jovens vê as questões que envolvem gênero e sexualidade como um tabu. Com isso, eles crescem pensando nesse tema, mais precisamente no sexo, como algo proibido e promíscuo, não conhecendo assim o seu corpo e os seus desejos.

A educação sexual no âmbito familiar também pode ser baseada no sistema patriarcal de dominação-exploração que vivemos. Seguindo esse propósito, os homens (meninos) acessam informações em diversas mídias que reforçam a objetificação das mulheres, fortalecendo relações que se pautam a partir disso, além de substanciar ainda mais o papel de submissão que a elas foi colocado. A questão da masturbação é bem distinta entre homens e mulheres, visto que eles são “liberados” para isto, sendo essas situações extremamente proibidas a elas. Ainda nessa lógica, a organização familiar no que tange os deveres de homens e mulheres, não é criticada, muito menos repensada: as mulheres/mães são sobrecarregadas de afazeres domésticos, as filhas são as suas ajudantes e os homens e os filhos não fazem nada, pois lhes foi dito que esse é o seu papel social: detentor do poder, tendo liberdade para fazer escolhas (SAFFIOTI, 1987).

Ainda no viés da educação sexual baseada no sistema patriarcal, temos a questão da violência doméstica, contra crianças e mulheres. Em muitos lares a agressão é considerada normal, fazendo parte do cotidiano de muitas famílias, tendo como principais vítimas crianças e mulheres. Nesse ambiente, são grandes as probabilidades das crianças sofrerem de depressão, ansiedade, transtornos de conduta e atrasos no seu desenvolvimento cognitivo, (LETÍCIA CASIQUE CASIQUE; ANTÔNIA REGINA FERREIRA FUREGATO, 2006). Além do mais, essa violência auxilia no desenvolvimento da conduta entre os sexos, pois é bastante provável a reprodução dessa mesma lógica na vida adulta, visto que o resultado é a formação de futuros agressores, influenciando assim no desenvolvimento da criança e do (da) jovem.

Diante de todo esse cenário, fica a pergunta: e quem educa/educou essas famílias? Por influência de uma sociedade que silencia tudo que envolve

sexo, as famílias sentem vergonha de falar sobre e, em alguns casos, não se sentem aptos para orientar, visto que talvez nem tenham tido esse tipo de conversa com seus próprios pais (SABRINA DAL ONGARO SAVEGNAGO; DORIAN MÔNICA ARPINI, 2013). Corroborando com isso, Elaine Reis Brandão (2004) apresenta que as conversas que ocorrem sobre sexualidade na família "tomam formas indiretas, pouco palpáveis, permeadas de reticências, advertências, reprimendas" (p. 80), visto que essas não são baseadas no adolescente em si, mas em fatores externos, como na experiência de outras pessoas, em reportagens, filmes, ou seja, no padrão histórico-cultural construído de sociedade patriarcal que vivemos (SAVEGNAGO; ARPINI, 2013).

Visto esse tipo de sociedade que estamos inseridos e a dificuldade de discussão da temática e afins dentro do núcleo base que é o familiar, perguntamos aos alunos e alunas participantes da pesquisa se, primeiramente, já haviam feito parte de algum projeto (Figura 5), e, secundariamente, a temática do projeto, com a finalidade de perceber se as questões que envolvem gênero faziam parte desse repertório:

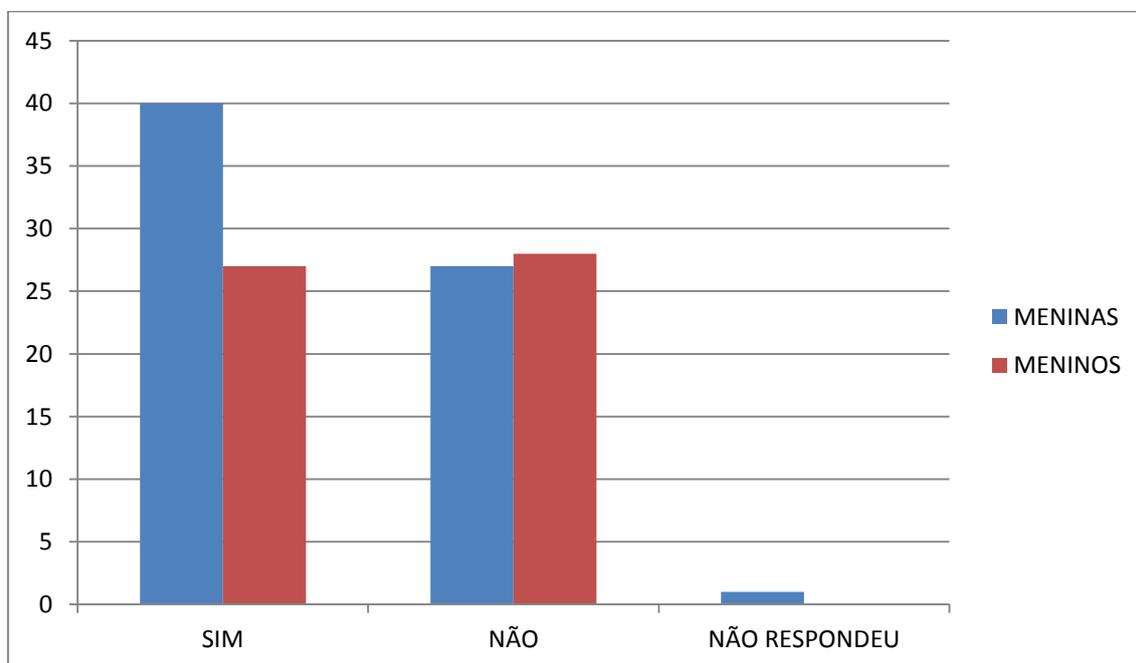


Figura 5: Gráfico 3 - Participação dos alunos e das alunas em algum projeto na escola.

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme mostra a figura 5, 54% dos participantes da pesquisa, independente do gênero, já participaram de projetos na escola, sendo que desses são 40 meninas e 27 meninos. Em contrapartida, 45% (27 meninas e

28 meninos) afirmou que nunca participou de projetos na escola, sendo que apenas uma menina não respondeu essa questão.

Desse modo, como já dito, com a intenção de aprofundar a compreensão da realidade escolar, os alunos e alunas citaram os projetos que já haviam participado, sendo que foram mencionados os seguintes: teatro; dança; escola com vida; olimpíadas, escrita; torneio de futebol; vôlei; **mulher e violência**; feira de ciências; na área de nutrição e saúde de jogadores; mais educação; Helenart; banda escolar; criação e vídeos; filmes; técnicas circenses; música; passeio ciclístico; leitura; gincana, rústica, águas do Rio Grande, livro sobre a África; coreografia; sarau; **contra o bullying e preconceito**; saídas de campo; **outubro rosa**; Centro de Tradições Gaúchas (CTG); xadrez; **mulheres do Helena**; **importância das mulheres na sociedade**.

Dentre todos os projetos citados, cinco (marcados em negrito) estão, de alguma forma, ligados com as questões de gênero. Visto termos um misto de tipos de temáticas e, conseqüentemente, de tipos de aprendizagens, temos um número interessante de projetos que trabalharam as questões de gênero. Não podemos constatar se esses projetos ainda continuam, quanto tempo durou e qual o objetivo geral desses, mas podemos notar que foi uma, dentre as muitas, maneira de trabalhar essa temática no ambiente escolar.

Também ponderando sobre, algumas professoras entrevistadas citaram um projeto que tem grande atuação no município pesquisado:

Mas tem o GESE, que na FURG, eles trabalham bem forte assim, as questões de gênero (Entrevista Professora A).

A FURG, junto com o CEAMECIM, tinha um projeto sobre sexualidade, questões de gênero aqui (Entrevista Professora E).

Denominado “Escola Promotora da Igualdade de Gênero”, este é um projeto que foi criado pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE)¹², da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e que atua em inúmeras escolas do município de Rio Grande – RS, tendo por finalidade:

[...] apoiar as escolas das redes estadual e municipal da Educação Básica do Rio Grande/RS que tenham interesse em desenvolver

¹² O grupo tem buscado ao longo dos anos, problematizar as desigualdades sexuais e de gêneros; estimular a criticidade, a curiosidade e a criatividade; valorizar o convívio social e o pluralismo além de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite e valorize as diferenças entre os sujeitos (Fonte: GESE, n. d).

ações para a promoção e a reflexão acerca da igualdade e equidade dos gêneros (GESE, n. d.).

Diante disso, é de suma importância a inserção desses projetos nas instituições escolares. Confrontar as políticas, superando esse conservadorismo que está tentando se firmar, é um dos motivos de inserção dessas ações nas escolas. Além disso, importante que essas ações visem à equidade com vistas à construção de estratégias que resultem na redução dos indicadores de desigualdades, ao mesmo tempo, em que busquem dar visibilidade ao tema, sendo uma fundamental ferramenta na superação dessa problemática situação (GESE, n. d.).

5. As questões de gênero nas aulas de Educação Física:

A fim de explorar a principal temática dessa pesquisa, esse capítulo também foi desenvolvido com base nas unidades de significados, ou seja, das categorias que surgiram a partir das respostas adquiridas nos instrumentos de coleta. Portanto, para melhor organização, este está apresentado mediante os seguintes subcapítulos: 5.1. Que conhecimento está sendo tratado: traçando um perfil de Educação Física escolar e 5.2. Questões de gênero; sendo que este último apresenta os seguintes tópicos: 5.2.1. Os pró e os contra: o que pensam os professores e as professoras; 5.2.2. Coisas de menino, coisas de menina: os estereótipos de uma sociedade opressora; 5.2.3. “Mista toda vida” ou “a facilidade das aulas separadas”: o dilema da composição das turmas por sexo; 5.2.4. “Não tão declarada, mas ela existe”: as opressões nas aulas de Educação Física.

5.1. Que conhecimento está sendo tratado: traçando um perfil de Educação Física escolar

[...] a Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 33).

No trecho anterior o Coletivo de Autores (1992) apresenta o que seria a Educação Física Escolar. Portanto, tendo como base a cultura corporal, esta tem como finalidade introduzir e integrar o aluno e a aluna nessa esfera, formando o cidadão e a cidadã que vai produzi-la, reproduzi-la e também transformá-la (SURAYA CRISTINA DARIDO, 2004). Para isso, os conteúdos por ela abordados, devem ser bem instrumentalizados pelos seus professores e professoras, aproximando com fatos da realidade em que a escola está inserida, trazendo problematizações do contexto social, transformando o “jogar pelo jogar”, instigando assim a criticidade no momento da aula.

Logo, pode-se dizer que os temas da cultura corporal, expressam um sentido/significado onde se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do ser humano e as intenções objetivas da sociedade (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Dessa forma, tratar desse sentido/significado:

[...] abrange a compreensão das relações de interdependência que jogo, esporte, ginástica e dança, ou outros temas que venham a compor um programa de Educação Física, têm com os grandes problemas sócio-políticos atuais como: ecologia, papéis sexuais, saúde pública, relações sociais do trabalho, preconceitos sociais, raciais, da deficiência, da velhice, distribuição do solo urbano, distribuição da renda, dívida externa e outros (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 42).

Corroborando com isso, o Documento Orientador Curricular do Território Rio-Grandino: Volume 2 Ensino Fundamental (2019), estabelece que:

A Educação Física, em especial a escolar, passa a valorizar o ensino de conteúdos diversificados, buscando permanentemente a inclusão de todos/as os/as alunos/as nos processos de ensino e aprendizagem, inclusive daqueles/as com necessidades educativas específicas (RIO GRANDE: SMED, 2019).

Nessa lógica, foi perguntado aos alunos e as alunas o que mais aprendiam nas aulas de Educação Física, ou seja, os conteúdos mais ofertados, traçando assim, um panorama geral da Educação Física Escolar Rio-Grandina, segundo esses participantes: novos exercícios; capacidades físicas; corpo humano; nomenclatura dos músculos, ossos e funções; sistema de mobilidade e articulações; sistema nervoso; nutrição dos músculos; alimentação; vitaminas e nutrientes; alongamentos; aquecimentos; esportes (basquete, handebol, futebol, vôlei, futsal); punhobol; regras e curiosidades sobre os esportes/jogos; bola ao capitão; jogo do arremesso; lema dos jogos; dança; música; brincadeiras; não ser sedentário; exercícios para cada músculo; igualdade de gênero nos jogos e esportes; como agir em equipe; socializar; descontrair; respeitar o próximo; autonomia de escolha das atividades nas horas livres; exercícios da maneira correta; conscientização sobre exercício e saúde; higiene; saúde física e mental.

Embora tenhamos nos deparado com um quadro mais amplo no que diz respeito a conteúdos, ainda encontramos uma Educação Física mais inclinada a práticas corporais esportivizadas, visto que variados esportes foram citados. Djane Aparecida Gueriero (2004) já ponderava que esta disciplina em muitos momentos está sendo resumida à prática desportiva, principalmente aos esportes coletivos como voleibol, basquetebol, handebol e futebol. Este fato pode corroborar em uma minimização desta, difundindo a concepção de uma única forma de entendimento da Educação Física, visto que pode ser apenas considerada como um treinamento desportivo (GUERIERO, 2004).

Limitando a produção de conhecimento corporal e cultural do aluno, esse quadro esportivizado pode auxiliar ainda na separação entre gêneros e no processo de exclusão. Os alunos formam grupos para realizar “os esportes do dia”, sendo que, na maior parte dos contextos escolares, há uma ordem nos critérios de seleção, sendo: 1) gênero; 2) classes sociais, 3) interesses comuns e, ainda acrescentaria 4) habilidade (MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, n. d.). Como resultado disso, os mais fortes e habilidosos são escolhidos, os menos habilidosos excluídos e as ditas mais frágeis, nem são cogitadas.

Ainda nesse contexto, foi perguntado aos alunos e alunas, qual atividade que mais gostam de praticar e a que menos gostam, explicando seguidamente o porquê de sua resposta, resultando nos seguintes gráficos (Figura 6), (Figura 7):

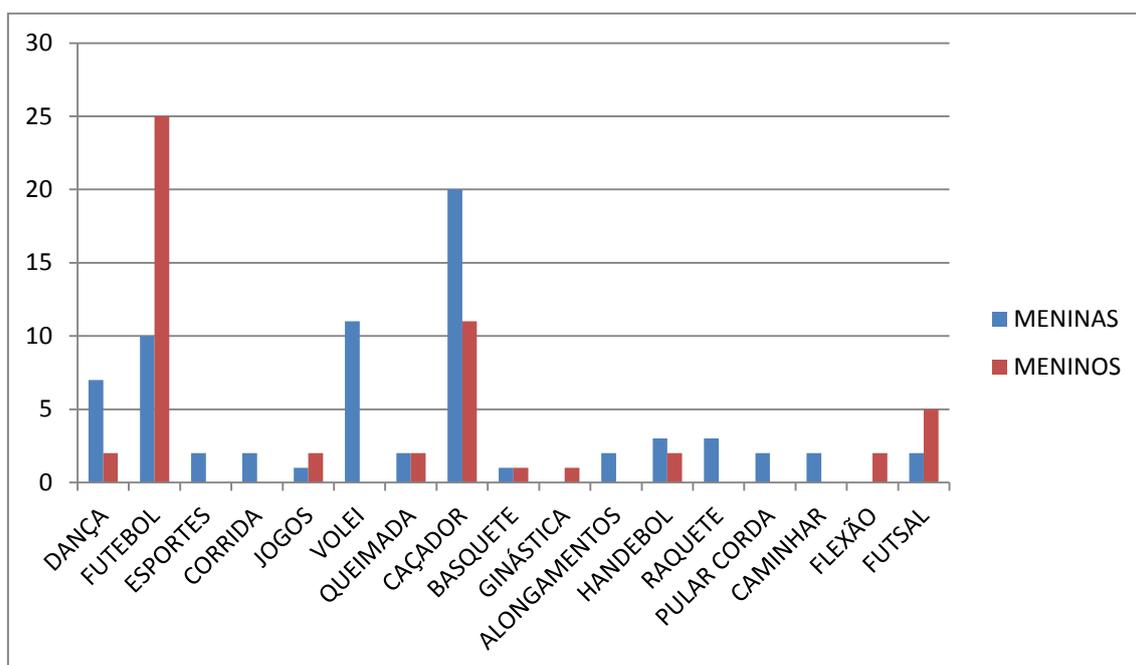


Figura 6: Gráfico 4 - Atividades que os alunos e as alunas mais gostam de praticar nas aulas de Educação Física

Fonte: Elaborado pelos autores.

Constata-se que a maior parte dos alunos aprecia o futebol, sendo que a maioria dos meninos expôs que gosta de praticar esta modalidade. Como preferências das meninas temos o caçador¹³ e o voleibol, sendo que o futebol

¹³ Também chamado de queimada é um esporte coletivo em que os jogadores de duas equipes tentam acertar os oponentes com uma ou mais bolas, evitando serem atingidos. O objetivo de cada equipe é eliminar todos os membros da equipe adversária, acertando-os com bolas lançadas.

também está no gosto de algumas delas. Ainda, variadas modalidades esportivas e de outros elementos da cultura corporal foram citadas, visto que as meninas foram que mais variaram os seus gostos, mencionando diversas outras atividades.

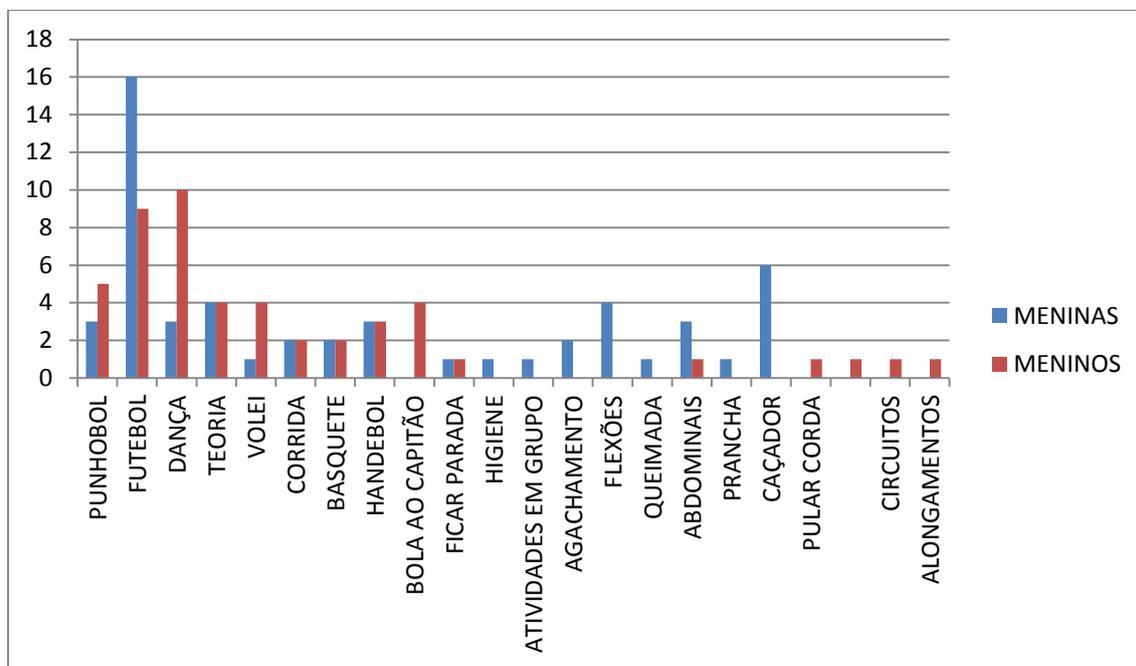


Figura 7: Gráfico 5 - Atividades que os alunos e as alunas não gostam de praticar nas aulas de Educação Física

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse segundo gráfico, temos as atividades não aprovadas pelos alunos e pelas alunas, sendo que o futebol segue como mais mencionado. A maioria das meninas apresenta não gostar de praticar o futebol durante as aulas, sendo seguidas de caçador, flexões e teoria¹⁴, entre as mais citadas. Já entre os meninos as mais citadas foram dança, futebol e punhobol. Também nesse gráfico podemos notar que uma gama de modalidades foi apresentada, sendo que as meninas continuam variando mais em seus gostos, neste caso, desgostos.

Em vista disso, seja por prazer, por divertimento, por uma maior interação ou por maior conhecimento e afinidade com a atividade, sempre temos o porquê dessas respostas, principalmente quando voltamos o nosso olhar para as questões de gênero. A instituição escolar não está imune às desigualdades, aos padrões estereotipados e as opressões, isso porque reflete

¹⁴ Aqui elas e eles se referiam as aulas teóricas (na sala de aula) que muitas vezes os professores e as professoras aplicavam.

o modelo de sociedade que temos, além de, muitas vezes, interiorizar princípios do nosso contexto social.

Nesse sentido, não é por acaso que o futebol é o mais citado, visto que temos esse como esporte dito mais popular em nosso país. Não é por acaso que “caiu” no gosto dos meninos, pois eles desde pequenos são incentivados a praticá-lo, tendo, conseqüentemente uma maior habilidade e conhecimento da prática, quando comparamos com as meninas. Também não é por acaso que as meninas não gostam de jogar futebol, dificilmente elas ganham uma bola de futebol quando completam um ano de vida e dão os seus primeiros passos, dificultando o aprendizado prático desse esporte. Elas também apresentam não gostar desse esporte por não “ganharem” a bola quando estão praticando-o durante a sua aula de Educação Física: “Não passam a bola!” (Aluna N). Ainda vivemos na era dos estereótipos e o futebol ainda é considerado um esporte masculino. Sobre isso, uma professora reforça quando traz que:

O futebol ainda é uma dificuldade ainda para as meninas né. Se melhorou um pouco, mas ainda é difícil para elas né, ele ainda é muito do campo masculino né, o futebol [...] (Entrevista Professora A).

Por outro lado, mas não muito diferente, temos a dança. Como constatado nos dados, grande parte dos meninos não aprecia a dança, muitas vezes nem a reconhece como parte constituinte da Educação Física Escolar. Meninos dificilmente dançam, são incentivados a praticar e a admirar essa atividade. Revelam que “Sentem vergonha!” (Aluno O – Escola Helena Small), que é uma atividade para meninas. A sociedade ensina que é e a escola incorpora isso.

Embora tenham essas dificuldades, os professores e as professoras oferecem aos seus alunos e as suas alunas os conteúdos independente de apreciarem ou não. Ainda encontramos um quadro mais inclinado a práticas corporais esportivizadas na Educação Física Escolar, fato este comprovado através dos dados obtidos. No entanto, como apresentado no capítulo 3 dessa dissertação, podemos perceber que alguns professores e professoras estão dispostos, seja através do conteúdo esporte ou outro, a ampliar o olhar dos alunos e das alunas, possibilitando um entendimento crítico do contexto social vigente.

5.2. Questões de gênero:

As questões de gênero estão imersas no nosso contexto social. Sendo uma temática atual em nossa sociedade, torna-se um conteúdo fundamental de ser tratado no âmbito da escola, e a Educação Física tem relevante função no desenvolvimento desse conteúdo em suas aulas. Isso porque, esta é uma disciplina que trabalha diretamente com o corpo, sendo através desse que o gênero se expressa:

Ainda que a preocupação com as identidades de gênero esteja presente em todas as situações escolares, afirmamos que talvez ela se torne particularmente explícita numa área que está, constantemente, voltada para o domínio do corpo (SANTOS, 2010, p. 843).

Corroborando com isso, uma professora coloca sua opinião:

[...] a Educação Física ela expõe esses... Essas questões [...] a Educação Física é ao ar livre, tu tá... Todo mundo tá vendo o que tu tá fazendo, envolve o corpo (Entrevista Professora C).

Com a finalidade de expor todos os pontos apresentados pelos e pelas participantes do estudo, esse subcapítulo foi dividido nos tópicos desenvolvidos a seguir.

5.2.1. Os pró e os contra: o que pensam os professores e as professoras

Tendo um papel protagonista, os professores e as professoras são os que podem ligar a chave da criticidade dos alunos e alunas, ou pode ser o indivíduo que sequer pensa em dar essa partida. A formação acadêmica, ideais e concepções de vida e sociedade, são fatores fundamentais no comportamento e postura durante as aulas, seleção de conteúdos e nível de instrumentalização dos docentes perante seus alunos. Instrumentalizar é a ação mais importante dos professores e professoras na escola, pois estes devem orientar o seu aluno e sua aluna para um determinado conteúdo que lhe apresente a necessidade de solução de um problema nele implícito (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Importante percebermos que tratar dos grandes problemas sócio-políticos atuais não significa um ato de doutrinação, significa tratar de conteúdos que viabilize a leitura da realidade estabelecendo laços concretos com projetos políticos de mudanças sociais (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Nesse contexto, foi perguntado aos professores e as professoras o que eles e elas pensam sobre as questões de gênero nas aulas de Educação Física, sendo que continuamos com os dois grupos distintos – pró-discussão e contra discussão – já identificadas no capítulo quatro dessa dissertação, no entanto, com mudanças na composição dos participantes dos grupos:

Bom, isso para mim sempre foi **um ponto importante na, no meu planejamento** [...] eu sempre procuro trazer a questão de eles trabalharem juntos, se aceitarem, conseguirem conciliar as suas diferenças ali, principalmente assim nos esportes né [...] Isso é uma coisa que pra mim é muito importante, pra mim é importante, é fundamental na construção das aulas. E aí eu já aproveito e sempre falo na questão do feminismo, do machismo [...] o quanto de mulher que morre, que isso não é um dado meramente... Ah morreu, morreu uma mulher, não... É uma questão machista, é do machismo, é proveniente da cultura machista, eu procuro alertar... (Entrevista Professora A) [grifos nossos].

Eu acho que é a disciplina que mais aparecem essas questões... na Educação Física, já é assim ó... Eles tinham uma cultura, aqui quando eu entrei na escola, que era separado mesmo [...] agora eu entendo um pouco, por exemplo, a falta de... As meninas não... Não tem muita vivência com certas praticas né, então eu também não... Eu aliviava os guris também, eu explicava: olha não é que eles não queiram jogar com vocês, é que vocês... Como vocês não sabem jogar, por exemplo, o futebol, aí dá na canela mesmo, é ou não é? É né... Mas então eu vou separar elas ali, vou fazer um trabalhinho com elas e ai depois aos poucos, elas vão ir jogando com vocês, sim, né... E aí foi o que eu tenho feito assim [...] isso aí é mais no futebol, porque tem essa diferença, né? Mas hoje em dia, depois de muitos anos, porque a maioria dos meus alunos, eu trabalho com eles desde pequenos, eles já... Já é uma coisa natural sabe... Vamos tirar time, aí as gurias disseram: ah, mas no outro dia foram os guris que tiraram... E aí, elas tiram e escolhem os guris, e tá tranquilo, porque já foi feito desde pequeno esse trabalho... Porque mudar assim, abrir a cabeça... **A gente não vai abrir a cabeça de ninguém, mas colocar as questões e fazer eles decidirem... Oh a partir de... Dessa discussão e tal** (Entrevista Professora B) [grifos nossos].

Eu exijo a tua participação, por que não vai ser com esse argumento que tu vai estar liberada da Educação Física... só por uma questão de saúde, não por uma questão de gênero [...] eu acho que mudou um pouco a discussão... que antes eu tinha... no início da minha carreira, eu via assim oh... eu tinha que garantir o tempo das gurias... E os guris teriam que respeitar que as meninas também tem a chance, podem se desenvolver e que talvez a diferença estava no fato delas não terem se desenvolvido antes, como eles se desenvolveram. **Hoje eu vejo muitas meninas tomando frente jogando de igual para igual, mas outras meninas se usando dessa desculpa:** por que eu sou menina, porque eles jogam assim, eles são muito... e como se eu tivesse que entender que isso deveria ser um senso comum de elas não precisarem fazer (Entrevista Professora E) [grifos nossos].

Neste primeiro grupo estão as professoras que acreditam ser importante e fundamental a discussão de tal tema na escola e nas aulas de Educação Física. Embora em determinados momentos entendam o porquê de haver essa

divisão e diferença entre os gêneros, acreditam que os alunos e as alunas devem trabalhar juntos e se isso não ocorre se utilizam de estratégias para alcançar a igualdade e amenizar as exclusões. Elas argumentam sobre a sociedade que vivemos, fazem suas considerações durante as aulas, falando sobre feminismo, machismo e outras problemáticas atuais, ressaltando que o processo foi árduo, mas um avanço já foi conquistado, pois percebem a postura de algumas meninas durante as aulas. Contudo, uma professora ainda destaca que algumas meninas usam da sua dita e imposta fragilidade para não realizar determinadas atividades, sendo que ela luta intensamente contra isso.

Agora, no grupo contra a discussão temos os dois professores, trazendo as suas considerações:

Mudou muito, desde que eu comecei a dar aula... Assim ó, de primeiro era uma coisa bem mais reservada, vamos dizer assim, ah não era tão aflorado, como é hoje, ou moda, como eu te disse que é hoje. Ah eu acho que é uma coisa muito complicada de se trabalhar na sala de aula, mesmo [...] Eu acho que isso aí, cabe mais assim, a família orientar [...] eu já tive problemas com... Com aluno... Que o pessoal tava começando a abusar de certa forma né... Brincadeiras e coisas assim. Aí a gente sentou e conversou toda a turma, a gente parou a aula, para conversar sobre isso, e... Acalmou, amenizou [...] Por que, tipo assim ó, não envolve só eu e os alunos, eu posso falar uma coisa pro filho de um... Uma pessoa... Tipo abriu um plano né, e aí para uma família, perfeito, correto, para outra pode ser não seguir o caminho, entendesse, que eles querem que seja traçado. Então eu acho complexo demais isso para a escola, trabalhar o gênero na escola [...] evito tocar em temas nesse... Tipo ser mais polêmico sobre isso, não. Um tema bem complexo para ser lidado [...] complexo por que, nós atingimos várias famílias, o problema é que eles tão querendo mostrar muito, esfregar muito na cara, e não é necessário (Entrevista Professor D).

Eu nas minhas aulas eu procuro nem tocar nesse assunto... Deixo eles brincarem, deixo eles se resolverem e aí eu entro como intermediador (Entrevista Professor F).

Os professores aqui preferem não trabalhar com as questões de gênero, deixando os alunos resolverem (Professor F) ou então acreditando que esse assunto está na moda e que não merece discussão dentro do âmbito escolar (Professor D). Esse mesmo último professor considera este um tema complicado e que caberia mais a família orientar, pois poderíamos direcionar de uma maneira equivocada. Ainda relatou que já viveu situação relacionada às questões de gênero na escola, sendo que resolveu através do diálogo com os alunos.

Dessa forma, percebemos que os professores e as professoras participantes dessa pesquisa tem maneiras distintas de enxergar o mundo e a sociedade que vivemos. Acreditar que a temática gênero é pertinente de discussão no âmbito escolar, mostra o quão alinhado está o pensamento à busca pela transformação radical do contexto social. Por outro lado, temos os que não apresentam interesse nessa discussão, acreditam que a família tem esse papel, não abrindo espaço para o debate em uma instituição tão importante como a escola, revelando o quão interessado está na manutenção da ordem social da lógica do sistema de dominação-exploração.

Todos esses dados, nos remete a voltar ao início desse tópico, quando definimos o papel de protagonista que têm os professores e as professoras. A estes e estas cabe à centralidade do conhecimento, compete à autonomia para determinar os elementos da cultura corporal a serem trabalhados, assim como, os conteúdos e as temáticas pertinentes de serem expostos para os alunos e as alunas. O Coletivo de Autores (1992) corrobora nesse aspecto quando apresenta que “todo educador deve ter definido o seu projeto político-pedagógico” (p. 15), ressaltando algumas indagações que eles e elas devem se fazer:

É preciso que cada educador tenha bem claro: qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade? (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 15).

A partir de uma definição, os professores e professoras têm determinada a sua prática na sala de aula: “a relação que estabelece com os seus alunos, o conteúdo que seleciona para ensinar e como o trata científica e metodologicamente, bem como os valores e a lógica que desenvolve nos alunos” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.15).

Nessa perspectiva, percebemos que alguns professores e professoras podem optar por não trabalhar a temática gênero em suas aulas, por terem autonomia de escolha, como acontece com os professores do grupo encontrado na presente pesquisa, o grupo contra discussão. Algo que colabora com isso são as políticas educacionais que, sequer mencionam a temática gênero, imaginem determinar trabalhar com tal. Nessa mesma conjuntura,

temos os projetos político-pedagógico que também não estipulam trabalhar com tal conhecimento, algo que também foi encontrado na pesquisa.

O projeto político-pedagógico é a representação de uma intenção, de uma ação e também de uma estratégia. O Coletivo de Autores (1992) apresenta que “é político porque expressa uma intervenção em determinada direção e é pedagógico porque realiza uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações” (p. 15).

Portanto, importante seria que as políticas educacionais, assim como os projetos político-pedagógico das escolas, incluíssem a temática gênero no seu rol de conteúdos a serem trabalhados. A autonomia dos professores e professoras é de grande valia quando direcionada para o crescimento dos alunos e das alunas, almejando êxito na formação humana do indivíduo. No entanto, esse “poder” não faz sentido quando auxilia no fortalecimento de uma sociedade machista e retrógrada, quando não pondera sobre determinadas condutas, quando naturaliza ações opressoras, nos fazendo estacionar no sistema atual.

5.2.2. Coisas de menino, coisas de menina: os estereótipos de uma sociedade opressora

O relato abaixo foi intencionalmente construído para exemplificar e fazer parte desse capítulo. Ele apresenta o que muitas vezes acontece durante a formação dos sujeitos, que desde sua concepção já são categorizados.

Já da barriga, escutava minha mãe falando que era a princesa dela, que ia ser delicada e meiga, feito as princesas dos contos de fada. Que ia também ser vaidosa e gostar de moda, e que até ia acompanhá-la para fazer compras. Logo que nasci, já tive as orelhas furadas, me colocaram um laço enorme na cabeça e só me vestiam de cor de rosa. Não me perguntaram se eu gostava de princesas, de brincos e muito menos da cor rosa (Relato fictício de um bebê do sexo feminino).

Estereotipar, tipificar, padronizar... Todas essas são palavras sinônimas de categorizar, algo rotineiro nos dias atuais. Constantemente vimos os pais determinar as brincadeiras dos filhos; amigos criticarem as roupas uns dos outros; companheiros estipular a maneira da companheira se portar. Todas essas ações conduzem a uma vida padronizada harmonicamente com o que foi e é imposto pela sociedade.

Essa imposição é uma reprodução do que se espera dos papéis sociais de homens e mulheres, sobre a qual Kergoat (2002) reflete que esses papéis não são produto de um destino biológico, mas eles são antes de tudo *constructos sociais*, que têm como bases materiais, o trabalho e a reprodução.

Portanto, a sociedade atua como se fosse diretor de uma peça de teatro, pois indica papéis estereotipados diferentes para homens e mulheres, onde cada um tem que representar o seu personagem com clareza e fielmente como ordenou o diretor. Saffioti (1987) colabora nesse aspecto quando apresenta que:

[...] a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p.8).

Aproximando com essas ponderações, os alunos e as alunas participantes do estudo responderam se existiam atividades de menina e atividades de menino, sendo expostas no gráfico a seguir (Figura 8):

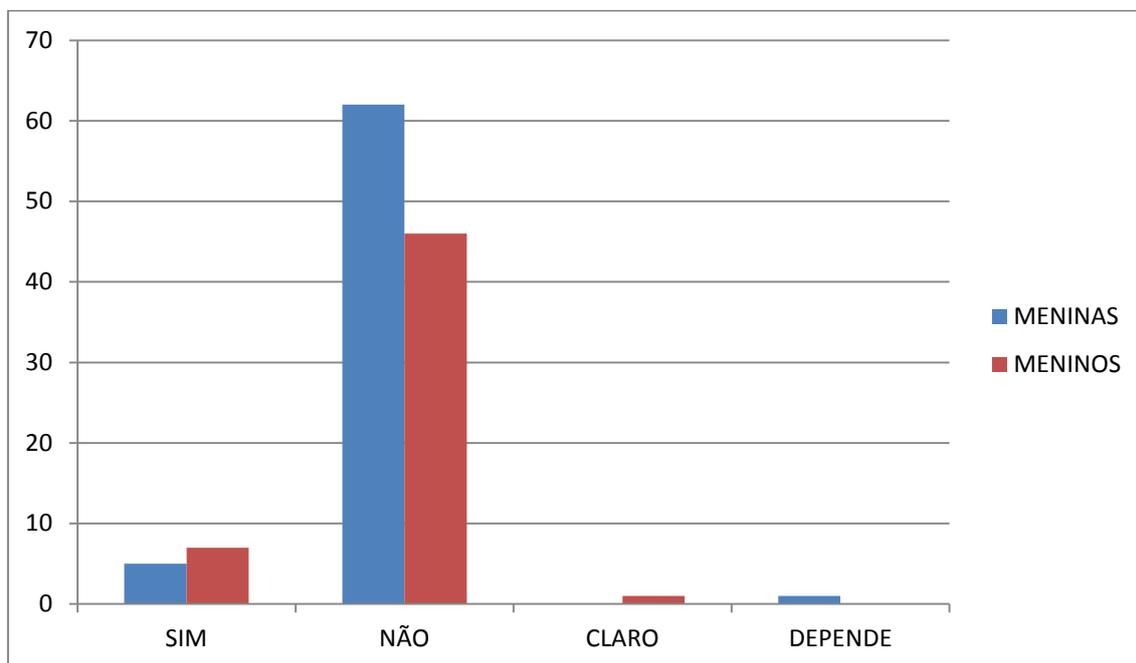


Figura 8: Gráfico 6 - Opinião dos alunos e das alunas se há atividades de meninos e atividades de meninas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como apresenta a figura 8, 89% dos participantes da pesquisa, independente do gênero, acreditam que não há atividades de menino e de

menina, visto que desses são 46 meninos e 62 meninas. Por outro lado, 10% do total dos participantes (7 meninos e 5 meninas), entendem que existem sim atividades diferentes para cada gênero. Somaram apenas 2% os participantes que nem colocou “sim” nem “não”, sendo uma menina que colocou “depende” e um menino que afirmou “claro”.

Além de colocarem o seu posicionamento, os alunos e as alunas apresentaram os seus distintos argumentos frente essa questão:

Vivemos em uma sociedade e não temos que separar as pessoas por serem ricos ou pobres, meninas e meninos (ALUNO P – ESCOLA HELENA SMALL).

Todos podem fazer qualquer exercício (ALUNA Q – ESCOLA HELENA SMALL).

Nada se defini por gênero (ALUNO R – ESCOLA HELENA SMALL).

Atividade não tem gênero (ALUNA S – ESCOLA HELENA SMALL).

Atividades tem que ser para quem quiser fazer (ALUNO T – ESCOLA HELENA SMALL).

Muita gente acha que vôlei é para meninas e futebol é para meninos, mas eu acho errado, as atividades são para todos (ALUNO U – ESCOLA CORIOLANO BENÍCIO).

Existir não existe, mas muitos tentam rotular (ALUNA V – ESCOLA HELENA SMALL).

Qualquer menina pode fazer qualquer atividade, mas as que exigem mais força são mais adequadas para meninos (ALUNA W – ESCOLA CORIOLANO BENÍCIO).

Existem muitas críticas dizendo que deveriam (ALUNA Y – MARIA ANGÉLICA).

Como já apresentado no gráfico 6, a maioria dos alunos e das alunas acreditam não haver distinção nas atividades, sendo para todos e todas independente do gênero. No entanto, alguns ainda acreditam que padrões devem ser seguidos e que o gênero é um determinante no momento de praticar exercícios.

Esses padrões foram historicamente construídos pela sociedade e impostos a cada sujeito, resultando em uma cultura ditadora de regras. Em meados de séculos anteriores, determinou-se que as mulheres fossem o sexo frágil, que serviriam para procriar, cuidar dos filhos e do marido, tornando-se clara, por parte da sociedade, a atribuição do espaço doméstico a mulher (SAFFIOTI, 1987).

Já ao homem foi ordenado que fosse o detentor do poder, os dominadores de mulheres e também de outros homens (SAFFIOTI, 1987). Essa é à base do patriarcado um forte sistema instalado na sociedade atual, que estando aliado ao capitalismo e ao racismo, luta para que os padrões e rótulos permaneçam, mantendo essa base estrutural opressora.

Tentando perceber o quanto mais influencia essa sociedade estereotipada no âmbito escolar e o quanto a escola internaliza as normas que são colocadas, foi perguntado aos professores e professoras se eles percebiam alguma divisão entre meninos e meninas no momento da prática. Todos eles afirmaram que há uma divisão entre meninos e meninas, sendo que colocaram seu entendimento de porque isso acontece:

Eu acho **que é muito por conta da técnica**. [...] a menina ainda ela é culturalmente muito presa, ela acaba não se desenvolvendo na sua plenitude [...] eles aí meio que dão uma separada assim. Por mais que eu converse com eles, que diga olha isso é cultural, isso não tem nada natural, cada um aprende, mas ainda eles têm essa resistência, [...] Agora como eu vou começar dança com eles, então aí, agora eu vi... Deu pra perceber assim, que na hora da dança ninguém queria os guris... Agora é o contrário... (Entrevista Professora A) [grifos nossos].

Eu acho foi o que o professor... É assim que ele trabalhava os professores [...] então é bem como a gente sabe... **É um reflexo da sociedade né... Da mulher se submeter... Que certos espaços não são dela**, né (Entrevista Professora B) [grifos nossos].

Eu acredito que seja por preferência de jogo mesmo [...] ninguém veio me reclamar... ah professora, os guris não me deixam jogar futebol... Tem poucas gurias que se arriscam no futebol, mas, por exemplo, assim, eu tenho uma menina, em uma das minhas turmas que ela tá na escolinha do São Paulo [...] escolhem ela antes dos guris sabe, porque sabem que ela é habilidosa entendeu, mas por exemplo já aconteceu de tá uma turma jogando com eles e aí eles não quererem que ela jogasse [...] **nem é questão de gênero, aí é quem gosta mais e quem não gosta**, entende... Assim, alguns são mais preguiçosos, mas não tem muita diferença de gênero, nunca tive problema com isso em aula (Entrevista Professora C) [grifos nossos].

[...] o problema é o seguinte [...] o que vocês querem fazer hoje na aula livre de vocês? Pode ser nada, professor... Eles querem celular [...] os guris ainda tem aquela tendência do futebol, as gurias assim ó, eu tento encaminhar um vôlei, um handebol, até um caçador que seja, assim, mas **elas se puderem não fazer nada, elas se esquivam totalmente** [...] **é normal essa separação**. Algumas meninas gostam de jogar futsal, aí elas já, elas mesmo já puxam, até os guris quando não querem... mas são poucas ainda né (Entrevista Professor D) [grifos nossos].

As gurias gostam muito de grupo, né... as gurias, elas **se unem** muito assim, entre elas né... **porque, parecem que não recebem muito a bola** [...] **elas se protegem muito**, assim né... E **os guris também já ficam meio separados** [...] **eu acho que elas se sentem mais a vontade** [...] **quando eu tô trabalhando o masculino e o feminino junto** [...] **eu procuro fazer essas coisa assim, e eu acho**

que elas se sentem mais a vontade né... Então é umas coisinhas assim, que a gente vai... detalhes. **Mas não sei também, que são gêneros diferentes na verdade, cada um tem a sua função na vivência [...] a gente pode até fazer alguma coisa junto, entendeu... Desenvolver alguma coisa junto, mas... no fundamento da coisa, são gêneros diferentes, pensam diferente, tem atitude diferente, criações diferente** (Entrevista Professor F) [grifos nossos].

Podemos perceber que são distintas as compreensões, no entanto, todas tem a mesma origem. Seja por conta da técnica (professora A); preferência de jogo (professora C); tendência a esportes diferentes entre os gêneros (professor D); ou então, união feminina seja porque não recebem a bola ou para se proteger (professor F); todos esses fatores nos direcionam ao que afirmou a professora B: “reflexo da sociedade, da mulher se submeter, que certos espaços não são dela”.

As mulheres – meninas nesse caso – dificilmente são ensinadas a jogar futebol ou qualquer outro tipo de esporte, sendo que muitas vezes é através da escola que “conhecem” uma bola. Por conta disso, como ter uma técnica apropriada quando se quer tem conhecimento do instrumento de jogo, a bola? Certamente que meninos e meninas têm “tendências” distintas, pois como apreciar um esporte que não se tem conhecimento, vivência?

O tipo de sociedade que vivemos ensina que as mulheres são o sexo frágil, portanto precisam se unir e se proteger, seja lá qual for o motivo. As meninas, crianças, melhor dizendo, são moldadas a não correr, não jogar, não pular, não vivenciar algumas atividades que são colocadas como “de meninos”. Isso reflete nas nossas escolas, e essas, por sua vez, interiorizam esses preceitos, resultando em um espaço permeado de atitudes retrógradas, percepções conservadoras e relações sociais dotadas de poder patriarcal.

Essas relações foram também identificadas na pesquisa, quando indagado como que eles viam a sua relação com o sexo oposto durante as aulas de Educação Física (Figura 9):

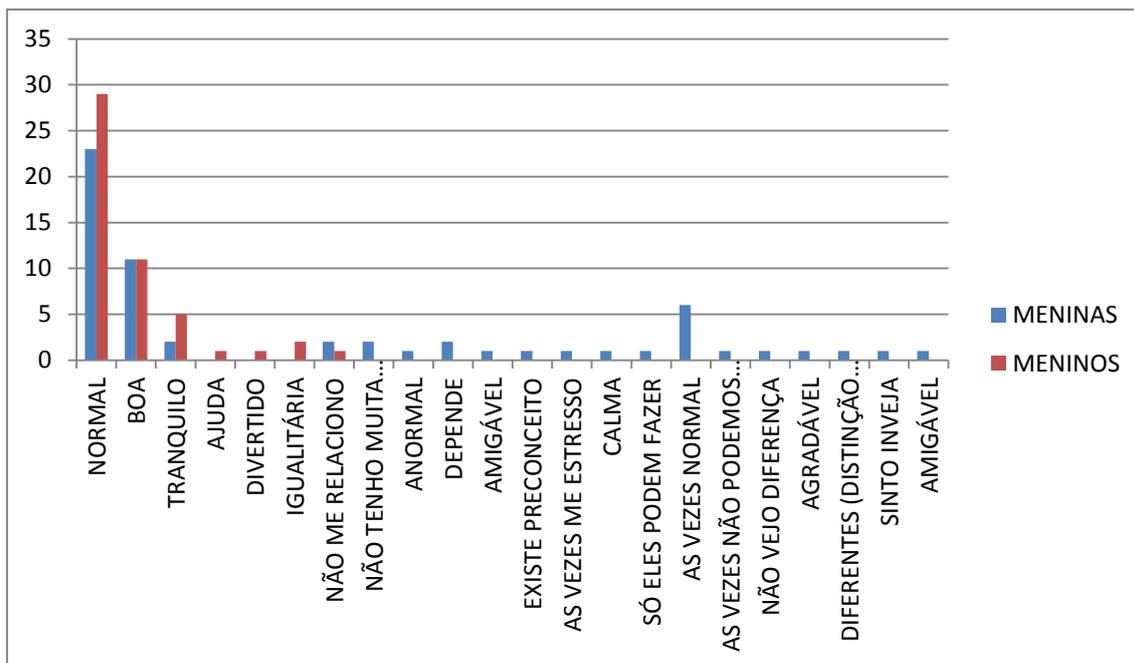


Figura 9: Gráfico 7 - Relação com o sexo oposto durante as aulas de Educação Física.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Como visto, a maioria dos alunos e alunas considera normal a sua relação, sendo seguido de boa. As meninas denominaram de diversas formas a sua relação com os meninos, visto que algumas merecem destaque.

O que querem dizer com “às vezes normal”? Ou o próprio “normal”? Que entendimento se tem sobre normalidade? Não cabe nessa pesquisa discutir sobre isso, mas nos cabe pensar sobre. Uma menina quando indagada sobre tal afirma que “normal, porque desde pequena fui acostumada a jogar futebol ou qualquer outro tipo de brincadeira com os meninos” (Aluna X – Escola Maria Angélica).

Alguns ainda expõem que não tem - ou não tem muita - relação, com o sexo oposto, pois como dito por essa aluna, “meninas, só podem jogar vôlei e caçador e meninos futebol, são raras as vezes que menina pode jogar junto” (Aluna Z – Escola Helena Small). Há uma clara distinção das atividades, algo que auxilia na divisão e na pouca relação entre os sexos.

Ainda torna-se relevante de destacar o “sinto inveja”, dito por uma menina. Nessa resposta ela ainda completa com “... pois somente eles conseguem e eu não” (Aluna A – Escola Helena Small). Nessa simples e forte resposta, percebemos o quão de interferência sofremos do ambiente externo dentro da instituição escolar, e o quanto a escola reforça isso, não problematizando essas questões. Somente os meninos conseguem, pois eles

sempre foram ensinados, foram instigados a jogar, a se movimentar, entendendo que as meninas não sabem jogar:

Apesar deles às vezes não gostar de jogar com meninas (ALUNA C – ESCOLA CORIOLANO BENÍCIO).

Porque eles não tocam a bola (ALUNA E – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Estou sempre tentando ajudar as meninas nos esportes, eu toco a bola para elas e sempre alguém reclama: porque tu tocou para ela: eu tava livre! (ALUNO B – ESCOLA SYLVIA CENTENO).

A dita força, também é uma determinante nas relações, encaixando-se perfeitamente quando falam em “existe preconceito”, exposto no gráfico. Sempre foi colocado aos meninos que são fortes e brutos: “vejo que os meninos são um pouco mais violentos e brutos em brincadeiras e jogos” (Aluna H – Escola Helena Small), e que: “só eles podem fazer tal coisa, como jogar futebol e as meninas já são mais delicadas” (Aluna G – Escola Helena Small).

Tudo isso são imposições da sociedade, imposições arquitetadas para manter a base estrutural e opressora, sendo que a escola realiza brilhantemente o seu papel, constituindo relações pedagógicas que internalizam preceitos estruturantes da sociedade patriarcal. Cisne (2018) coloca que é preciso entender criticamente a cultura e a educação, juntamente com os símbolos e as representações que as permeiam, visto que reproduzem a ideologia patriarcal, corroborando nas desigualdades e diferenciações existentes.

Diferenciações essas também investigadas na pesquisa, quando questionado se eles e elas (alunos e alunas) viam alguma diferença na participação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física (Figura 10):

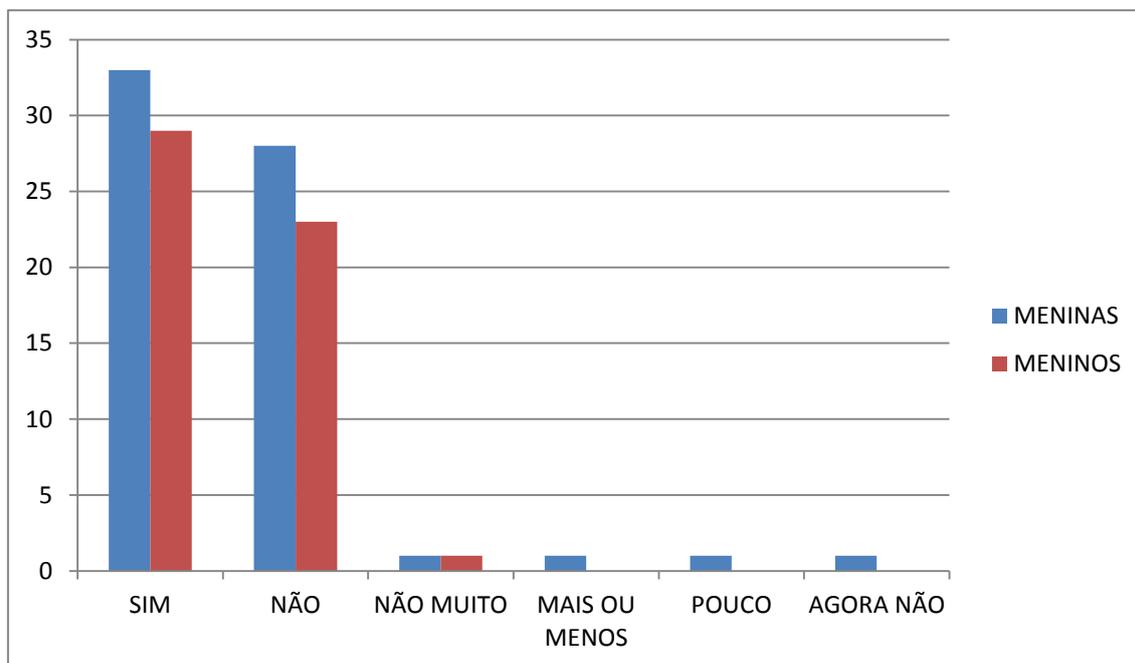


Figura 10: Gráfico 8 - Diferença na participação de meninas e meninos nas aulas de Educação Física

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme apresentado no gráfico, 53% dos participantes da pesquisa consideram haver diferença na participação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física, sendo que desses, são 33 meninas e 29 meninos. Em contrapartida, 43% acreditam que não há diferença nas participações, visto que ainda 2% pensa não haver muito. As meninas ainda colocaram “mais ou menos”, “pouco” e “agora não”, como respostas, somando assim 3% no total.

De acordo com as argumentações dos alunos e das alunas, o futebol é uma modalidade esportiva primordial nessa diferenciação. Muitas vezes eles – os meninos – já se colocam para realizar tal atividade, enquanto que as meninas não: “dá para ver que as meninas ficam mais no vôlei, raquete, enquanto que os meninos no futebol” (Aluna I – Escola Helena Small). Ainda outra aluna coloca que “muitas meninas se sentem desmotivadas ao jogar futebol, e os meninos não sabem jogar em equipe” (Aluno L – Escola Maria Angélica).

O futebol, como já dito, ainda é considerado um esporte masculino, em que somente os homens podem opinar, argumentar e praticar. Os meninos reproduzem esse padrão, pois colocam barreiras quando as meninas pretendem praticá-lo:

Quando queremos jogar (meninas), eles não gostam (ALUNA M – ESCOLA HELENA SMALL).

Quando é futebol, os meninos não gostam de jogar com as meninas (ALUNA N – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Outras atividades estereotipadas também são determinantes nas diferenciações durante as aulas de Educação Física. Em muitos momentos, dizem que existem exercícios próprios para meninas, ou que “a maioria dos jogos masculinos são mais agitados que os femininos” (Aluno A – Escola Maria Angélica). Existem atividades de meninos e atividades de meninas?

O estereótipo de mulher frágil e sem habilidade também domina as opiniões dos alunos e das alunas.

Porque nós meninos temos que tomar mais cuidado para não machucar as meninas (ALUNO C – ESCOLA CORIOLANO BENÍCIO).

Porque as meninas não tem muita habilidade (ALUNO E – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Porque as meninas não participam no mesmo ritmo (ALUNO G – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Algumas meninas não participam, acho que por medo de se machucarem (ALUNA F – ESCOLA SYLVIA CENTENO).

É que os meninos têm mais vantagens que as meninas (ALUNO H – ESCOLA SYLVIA CENTENO).

Tem exercícios que os meninos tem mais facilidade (ALUNA O – ESCOLA HELENA SMALL).

Percebemos que os estereótipos impostos pela sociedade e, muitas vezes, “garantidos” pela instituição escolar são grandes aliados às diferenciações existentes. Como expôs uma aluna, “desde cedo somos ensinados a fazer certas coisas e isso pode acabar acontecendo nas aulas de Educação Física” (Aluna A – Escola Helena Small). Essa fala certifica a incorporação por parte da escola das regras e padrões que o contexto social exige que sigamos.

As mulheres muitas vezes são vistas como incapazes, dependentes, não podendo ocupar todos os espaços. Não desenvolvendo a autonomia e oprimindo as meninas, uma aluna coloca que: “na maioria das vezes os meninos e o professor escolhem o que a gente vai jogar” (Aluna K – Escola Helena Small). Também, elas não conseguem ocupar todos os espaços da escola e, principalmente, das aulas de Educação Física: “mas antes meninas

não podiam entrar na quadra, pois tinha meninos jogando” (Aluna E – Escola Helena Small).

“Os meninos não entendem que nós meninas podemos sim ser boa quanto eles” (Aluna A – Escola Sylvia Centeno). Interessante vemos que essa aluna pensa inversamente ao que se é colocado como padronizado. Ela luta juntamente com outros movimentos, que, com a finalidade de terminar com a peça montada pela sociedade e com a ideologia patriarcal que fortemente determina os papéis estereotipados, reivindica a igualdade de direitos, abominando o sistema patriarcal-racista-capitalista. Estando em uma batalha desenfreada, buscam extinguir com esse tipo de “diretor” que fragmenta e discrimina, que estipula papéis inapropriados para seus atores.

Frente todos esses dados e reflexões, percebemos que há uma grande distância entre a representação do real e o real em si. Como visto, a maioria dos alunos e alunas participantes colocou que não há distinção nas atividades de menino e de menina, mas então por que ainda nos deparamos com divisões e diferenças entre eles e elas durante as aulas? Conforme apresentamos, a sociedade reflete e, muitas vezes, conduz as ações dos indivíduos, impondo regras e determinando os seus comportamentos. A escola, por sua vez, além de se tornar mais campo de segregação e opressão dentro da sociedade atual, corrobora quando adota determinadas condutas, reforçando preceitos. Contudo, também entendemos que há uma ideia do que os alunos e as alunas almejam que fosse às aulas, ideia esta que está longe da realidade escolar vigente.

5.2.3. “Mista toda vida” ou “a facilidade das aulas separadas”: o dilema da composição das turmas por sexo

Outro ponto relevante que envolve as questões de gênero são as aulas mistas ou separadas por sexo na Educação Física Escolar. Priscila Gomes Dornelles e Alex Branco Fraga (2009) colocam que a separação de meninos e meninas, nos momentos destinados aos exercícios físicos na escola, se dá em função de objetivos sociais diferenciados para esses sujeitos, sendo que isso ocorre a partir de “proposições absolutamente naturalizadas e definitivas do que é ser homem e do que é ser mulher” (SILVANA V. GOELLNER; ALEX

BRANCO FRAGA, 2004, p.165), conseqüentemente, determinando práticas corporais diferenciadas.

Nessa lógica, voltamos à discussão do que é ser homem e ser mulher na sociedade, quais os papéis que são impostos e quais as práticas corporais ditos como mais adequadas para os diferentes gêneros. Se buscarmos em documentos que determinam diretrizes, metas e estratégias para a educação brasileira, não encontraremos nada que oriente sobre as composições de turmas mistas ou separadas.

Com isso, a maioria dos sistemas de educação se embasa em algum documento orientador, e o sistema do município de Rio Grande não é diferente, tendo o Documento Orientador Curricular do Território Rio-Grandino, sendo que ali estão as suas propostas para a educação do município. Assim, como nos outros documentos base, este não diz nada a respeito da separação de turmas por sexo nas aulas de Educação Física, sendo que foi averiguado com os professores e com as professoras o que pensavam sobre isso:

Mista, toda a vida. É eu sei, **eu tenho colegas que prefeririam trabalhar...** acho até que trabalham, tem uns que acho que trabalham ainda. Os mais antigos principalmente, que tem outra formação, outras ideias, ou então **são muito tecnicistas**, porque quem é muito tecnicista... claro, **aí ele vê o masculino e o feminino...** (Entrevista Professora A) [grifos nossos].

[...] **às vezes facilita o trabalho, trabalhar separado, por que algumas habilidades que... que as meninas ainda não tem**, alguns meninos também não tem [...] **as meninas não tão assim no nível de vocês, que eu digo pra eles [...]** hoje em dia não se cobra muito, assim, de desempenho né, na Educação Física [...] **mas depois que já tá todo mundo mais ou menos nivelado....** Ah não eles... **eu adoro que eles joguem juntos [...]** é mais no futebol que tem essa coisa da resistência dos guris, por que realmente elas dão e não sabem jogar dão um chute na canela deles... (Entrevista Professora B) [grifos nossos].

Nunca separei...**eu prefiro mista, [...]** **mas será que os alunos não aproveitariam melhor se fosse separada**, entendeu, **as gurias não se sentiriam mais a vontade...** (Entrevista Professora C) [grifos nossos].

Pra mim é indiferente, claro que aula separada é mais fácil trabalhar [...] **Tu consegue atingir mais [...]** **tu consegue acertar mais o gosto deles [...]** E não tem mais essa diferença, então... e pra mim não faz diferença mesmo, só facilidade... **eu gosto de trabalhar com todos os dois** (Entrevista Professor D) [grifos nossos].

Aula separada tu trabalha, é... com mais tranquilidade, entendesse? **Tu especifica mais o desenvolvimento, o exercício e até os jogos, né?** Entendesse? **Tem essa vantagem de ser separado. A desvantagem é que tu nunca tem uma aula, só se for**

fora do horário, porque tu nunca tem uma quantidade suficiente de aluno, né.... divididas pra tu desenvolver um trabalho maior. Mas se eu pudesse, eu daria sim aula separada [...] a gente sempre deu aula junto. Houve uma época que o município que era dois professores por horário, aí nós dividíamos [...] um ficava com as gurias e o outro com os guris e aí a gente desenvolvia o trabalho [...] Só que sempre tem um cuidado maior com relação a jogos, quando as gurias tão participando, né... porque os guris são mais ativos [...] tem umas gurias que elas jogam muito, e se botam bem a altura dos guris [...] quando eu treinava, meus times femininos, eu sempre botava o time adversário masculino, as vezes em uma categoria inferior das gurias... (Entrevista Professor F) [grifos nossos].

Vemos que a maioria dos entrevistados prefere aula mista. No entanto, ponderam, indagam e refletem que não seria uma ruim ideia se as aulas fossem separadas por sexo. Argumentam que habilidade é uma determinante, visto que meninos e meninas não tem a mesma, pois não se desenvolveram da mesma maneira. A questão dos gostos também foi comentada por eles e elas, sendo que colocam que seria mais fácil para acertar no que eles gostam.

Há uma clara distinção entre meninos e meninas, nos gostos de cada um, na técnica e habilidade que cada um tem. Sabemos que o desenvolvimento dos corpos masculinos e femininos é diferente, principalmente no que diz respeito à prática de exercícios físicos. Isso foi e é imposto, os papéis ainda são estereotipados e as mulheres ainda são consideradas fracas: “tem umas gurias que elas jogam muito, e se botam bem a altura dos guris” (Professor F).

Ainda nesse quesito, os alunos e as alunas também foram perguntados se as aulas de Educação Física deveriam ser mistas ou separadas por sexo, sendo exposto no gráfico a seguir (Figura 11):

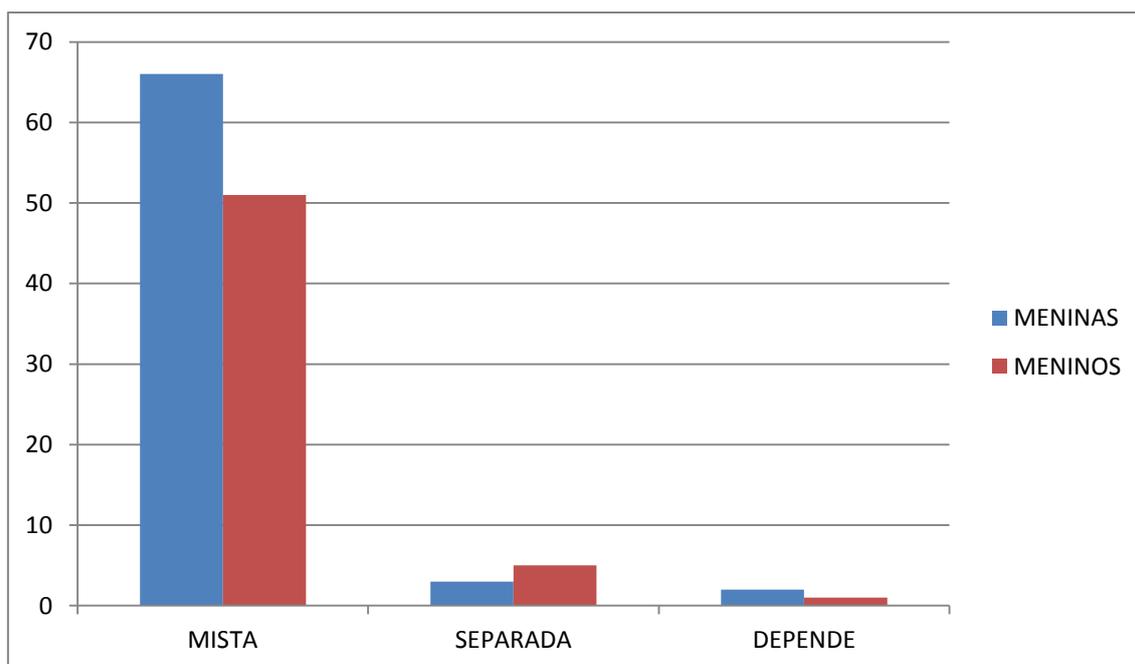


Figura 11: Gráfico 9 - Opinião dos alunos sobre aulas mistas ou separadas por sexo.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Como bem visto, 91% dos participantes da pesquisa prefere aula mista, sendo 66 meninas e 51 meninos. Somam um total de 6% os alunos e as alunas que preferem aulas separadas e apenas 2% os que apresentaram “depende” como resposta.

Os alunos e alunas que responderam aula mista têm seus argumentos voltados para a desconstrução dos estereótipos, para o desenvolvimento da solidariedade, incentivando prática das atividades por todos e todas:

Aprendemos mais sobre o outro sexo e facilita a convivência (ALUNO O – ESCOLA HELENA SMALL).

Aulas são mais produtivas (ALUNO Z – ESCOLA HELENA SMALL).

Na Educação Física o gênero é algo que não interfere no desempenho e todos podem fazer as mesmas atividades (ALUNA B – ESCOLA HELENA SMALL).

Por outro lado, os que defendem as separadas, colocam em destaque pontos já discutidos nesse trabalho, como a questão da dita força dos meninos e a falta de habilidade motora das meninas que prejudica o desenvolvimento das atividades, principalmente do futebol, um esporte ainda hegemonicamente masculino:

As meninas podem se machucar, geralmente os meninos tem um físico mais forte que as meninas (ALUNO C – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

No futebol muitas meninas eram os passes aí é complicado jogar (ALUNO E – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Essencial perceber que a separação entre meninas e meninos auxilia no aumento do binarismo sexista existente em nossa sociedade. Além disso, essa separação causa uma inexistente problematização das questões de gênero, pois sem as relações e os conflitos entre os sexos opostos, não há problemas que necessitam de soluções, não há como relacionar esses problemas como sendo também do contexto social.

No entanto, também torna-se fundamental entendermos e diferenciarmos as aulas mistas da chamada co-educação. Isso porque, as aulas mistas envolveriam apenas questões de distribuição e organização de meninos e meninas de forma conjunta no espaço escolar, isto é, apenas a mistura de meninos e meninas (DORNELLES; FRAGA 2009). Já a co-educação:

Objetiva problematizar as relações de gênero, objetivando uma compreensão da construção cultural das diferentes posições de poder ocupadas pelo feminino em relação ao masculino e vice-versa na nossa sociedade, assim como tenta reverter ou minimizar algum tipo de hierarquia entre esses polos (DORNELLES; FRAGA, 2009, p. 147).

Dessa forma, as aulas mistas são fundamentais para o trabalho em regime da co-educação, visto que é necessário o agrupamento de meninas e meninos, no entanto, nem todas as aulas mistas seguem um viés co-educativo (DORNELLES; FRAGA, 2009). Ainda sobre a co-educação, Maria do Carmo Saraiva (1999) coloca que:

Torna-se importante trazer para o campo das discussões e possibilidades pedagógicas as questões [...] como: os papéis sexuais estereotipados, os anseios irracionais de dominação dos homens, a opressão tradicional da mulher e, principalmente a ameaça ao direito de melhores condições e igualdade dos seres humanos no esporte e na educação física (p.181).

Em vista disso, a co-educação como abordagem metodológica para a Educação Física, contribui para entender o desporto e as atividades físicas a partir de uma perspectiva relacional de gênero, auxiliando no combate ao sexismo. Logo, os estereótipos seriam combatidos e os alunos e as alunas estariam libertos das amarras que apontam o que cada gênero pode vivenciar como práticas corporais.

5.2.4. “Não tão declarada, mas ela existe”: as opressões nas aulas de Educação Física

Oprimir outrem. Esta é uma ação recorrente na sociedade atual, sendo praticado por diversos sujeitos, que acreditam em suas múltiplas opressões e as sustentam com argumentos frágeis e levianos. Essas múltiplas opressões são cultivadas pelo sistema capitalista, pois essas são as bases que o sustentam.

Voltando o olhar para a perspectiva do oprimido, estes compartilham certa inibição de expressar suas necessidades, pensamentos e sentimentos, assim como, para desenvolver e exercitar suas capacidades. Já o sujeito opressor, em alguns casos, percebe e ignora essa opressão, apresentando os seus argumentos para realizar tal ação, como, por exemplo, a sua “superioridade” masculina, ou então, o seu maior poder aquisitivo. Já em outros casos, o opressor age “ao natural”, como dito por alguns, não questionando e muito menos refletindo sobre sua prática.

Como resultado, as relações sociais são caóticas, existindo uma eterna batalha de opressor contra oprimido. As relações de poder formadas nesse sistema opressor são dotadas de dominação-exploração, onde o opressor inibe o seu próximo, impondo as suas regras e o seu modo de pensar, obtendo benefícios sob o sujeito oprimido.

Posto isto, podemos concordar com Cisne (2018), quando ela afirma que estamos inseridos em um “[...] modelo de sociedade: patriarcal-racista-capitalista”, onde o opressor acredita ser o “dono da verdade”, o que pode oprimir deliberadamente. Por esse motivo, existem muitos movimentos ativistas que lutam contra essa sociedade, que almejam uma sociedade mais igualitária e digna, menos patriarcal, mais anticapitalista e menos opressora.

Nesse modelo de sociedade que Cisne (2018) nos apresenta é importante pensar que algumas opressões se interseccionam, influenciando umas as outras. Essa mesma autora coloca que:

As diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo — incluindo sexualidade —, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdade, como na de resistência política (CISNE, 2018, p. 212).

Fundamental também é não as perceber como opostas, colocando-as em competição, pois, como apresenta Patrícia H. Collins (2000), fazendo isso corre-se o risco de hierarquizar formas de opressão que são, em última análise, completamente imbricadas umas às outras.

Nesse sentido, sexismo, racismo e dominação de classe, trabalham juntos, auxiliando no processo de diminuição ou de otimização dos caminhos dos sujeitos. Associadamente, “o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades relativas”, construindo instituições e políticas que as afetam (KIMBERLE CRENSHAW, 2002, p. 177).

Então, seguindo a lógica do modelo de sociedade que temos, os tipos de opressões existentes seriam na esfera do patriarcado (gênero), do racismo (raça) e do capitalismo (classe). Os sujeitos oprimidos estão envoltos nessas esferas, sendo os “desvios” de padrão, em outras ocasiões são os de menor poder aquisitivo, em outros casos as do gênero feminino e tem também aqueles que são inferiorizados por conta de sua raça. Mulheres, homens e LGBT’S+; negras e negros; trabalhadores e trabalhadoras.

Tratando primeiramente sobre as opressões de gênero, estas são mais sofridas pelas mulheres e pelos LGBT’S+. Estando inseridas em uma sociedade machista, que se baseia no patriarcado para formar suas opiniões e realizar as suas ações, as mulheres sofrem opressões desde o nascimento até o final da vida, passando por momentos de conflitos, que oprimem o seu interior e tentam moldar um “ser mulher”. Saffioti (1985) apresenta que o casamento é a primeira oposição e opressão de classe, sendo exercida pelo marido sobre a esposa. Opressões também ocorrem em ambientes escolares e universitários; em espaços públicos de passeio; dentro de uma festa noturna e até mesmo de um transporte público.

Mas então quais são os tipos de opressões contra as mulheres? Cisne (2015) coloca que existem múltiplas formas de violências: 1) Física¹⁵; 2) Psicológica¹⁶; 3) Sexual¹⁷; 4) Patrimonial¹⁸; 5) Social¹⁹ e 6) Obstétrica²⁰.

¹⁵ “Afeta diretamente o corpo da mulher por meio de agressões como empurrões, beliscões, bofetadas, pontapés, arremesso de objetos, queimaduras, feridas por arma branca ou de fogo, geralmente, deixando marcas, como hematomas, arranhões, feridas, cortes e cicatrizes” (CISNE, 2015, p. 147).

A camada LGBT+ também é muito atingida com as opressões de gênero, sofrendo inúmeras formas de opressões. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), “A cada 20 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (RELATÓRIO GGB, 2019). Com esse dado alarmante que evidencia a situação dessa população em nosso país, movimentos de luta²¹ emergem com a intenção de acabar com essa situação, exigindo um basta nessas violências e, principalmente, clamando por respeito.

As opressões de raça também ainda são ações pertinentes em nosso país. Alvos de diminuição e menosprezo; de apelidos maldosos e agressivos, as negras e negros que vivem no Brasil lidam diariamente com opressões que os inibem, que os agridem, que os rotulam, diminuindo a sua existência e a sua origem. Essas opressões acontecem nas mais diversas esferas sociais, onde o

¹⁶ “Ainda que não seja tangível, essa forma de violência deixa profundas marcas nas mulheres, que se manifestam no seu corpo e até mesmo no seu comportamento. Assim, ela acaba se manifestando nele por meio de expressões de tristeza, depressão, expressões de medo e insegurança, atingindo principalmente a autoestima das mulheres. Esse tipo de opressão se materializa por meio de xingamentos, humilhações, cárcere privado, proibição de fazer amizades, privação econômica, entre outras. Essa violência está sempre presente nas demais formas de violência, pois todas elas afetam negativamente a autoestima da mulher” (CISNE, 2015, p. 147).

¹⁷ “Ocorre por meio do assédio sexual e quando uma mulher é forçada a fazer sexo contra a sua vontade, ou seja, por meio do estupro. Este pode ser praticado por um estranho, seja por seu cônjuge (nesse caso, denominado estupro conjugal). Aqui, a coisificação da mulher como um objeto voltado para satisfação alheia, em detrimento de si própria e de seus desejos. Pesa nessa forma de violência a apropriação patriarcal mais latente sobre o corpo da mulher” (CISNE, 2015, p. 147).

¹⁸ “Ocorre quando objetos materiais e/ou de valor sentimental são destruídos pelo agressor, como uma forma de atingir a mulher” (CISNE, 2015, p. 147).

¹⁹ “Se expressa nas discriminações e preconceitos sofridos pelas mulheres nas relações sociais, a exemplo dos salários mais baixos em relação aos homens, da discriminação étnico-racial, da pequena representação feminina na política e nos espaços de poder. Além disso, a violência social se materializa na desqualificação e mercantilização das mulheres, muito comum nas propagandas e em letras de músicas” (CISNE, 2015, p. 147).

²⁰ “Diferente das demais, essa forma de violência não necessariamente é praticada pelo cônjuge ou ex-cônjuge, embora também seja comum eles a praticarem, ao, por exemplo, obrigar uma mulher a abortar, ao xingarem uma mulher quando ela não consegue amamentar ou até mesmo por resumir a mulher a gestação e/ou à maternidade. Vinculada a uma perspectiva conservadora de maternidade, a violência obstétrica pode se manifestar na gestação, parto (inclusive, a proibição do direito a um(a) acompanhante no momento do parto), pós-parto, amamentação, exames de toque, esterilizações não consentidas, em situações de abortamento etc. Pesa nessa forma de violência, um forte moralismo sobre a mulher e uma cobrança social de um modelo de maternidade abnegada, na qual a mulher deve estar pronta para qualquer sacrifício, ainda que isso signifique passar por cima de suas necessidades” (CISNE, 2015, p. 147-148).

²¹ Uma grande vitória foi conquistada por esses movimentos. No dia 13 de junho de 2019, a LGBTfobia passou a ser considerada crime no Brasil. Por 8 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal aprovou a criminalização da LGBTfobia, sendo este considerado um crime de racismo, inafiançável e imprescritível.

ser opressor prolifera um discurso que segrega raças, colocando a raça branca como superior a raça negra. O negro (homem) é duplamente discriminado, por sua situação socioeconômica (classe) e por sua cor de pele (raça), já a negra (mulher) é triplamente discriminada, pelos motivos já mencionados e também por ser mulher (gênero).

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2013 mostra que os indivíduos que sofrem morte violenta no Brasil, para além das características socioeconômicas – como escolaridade, gênero, idade e estado civil –, a cor da pele da vítima, quando preta ou parda, faz aumentar a probabilidade do mesmo sofrer homicídio (IPEA, 2013). Por outro lado, o índice de suicídio só aumenta entre negras e negros, sendo que a causa disso é o racismo existente em nossa sociedade (REVISTA FÓRUM, 2019).

Portanto, além de vivermos esses opressores regimes - patriarcal e racista -, ainda vivemos um capitalista, onde estamos divididos em classes. Há as dominantes, as detentoras do poder, que dominam economicamente e politicamente, sendo que esses dominadores (patrões) residem em aumentar progressivamente a produtividade do trabalhador e da trabalhadora, a fim de elevar ao máximo seus lucros, inclusive super-explorando determinadas parcelas da classe oprimida, como negros/negras e mulheres. E há, por outro lado, as classes subalternas, que são compostas por trabalhadores e trabalhadoras que, com diferentes graus de qualificação, estão inseridos de distintas maneiras no sistema produtivo, sendo que tem por interesse imediato se apoderar de uma fatia maior daquilo que ele produz, desejando ter seu salário aumentado (SAFFIOTI, 1987).

Envoltos em um sistema de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987), os capitalistas pagam o mínimo possível aos trabalhadores e trabalhadoras, com intenção de aumentar seu lucro, sendo que para isso, estes possuem vários recursos, dentre eles, aumentar a produtividade, explorando o seu trabalhador, e baixar os custos de produção. Nesse sentido, a relação entre capital e trabalho, não é similar para ambos os lados, visto que os capitalistas vão ao mercado para a obtenção de lucro, ao passo que os trabalhadores e as trabalhadoras o fazem pela necessidade do trabalho.

Visto toda essa caracterização da sociedade opressora atual, assim como dos sujeitos oprimidos, e, partindo do pressuposto que a escola é uma

instituição que reflete a sociedade, assim como, constitui relações pedagógicas que internalizam normas e regras dessa sociedade, averiguamos se as opressões existentes também fazem parte do contexto das aulas de Educação Física das escolas investigadas.

Focando nas opressões de gênero, temática central dessa pesquisa, uma professora esclarece que essas ocorrem de forma “Não tão declarada, ela existe, mas é velada...” (Professora A). Ainda nas escolas investigadas, uma professora apresenta que “se deixar livre é claro que alguns seguem com isso mais forte dentro deles né... Que isso aí vem da família” (Professora B), ou seja, reflete o contexto social que vivem. Reforçando isso, a professora C colocou que “talvez sim [...] os pequenos estão naquela fase assim de ah, guri odeia guria [...] as gurias são ruins, as gurias são fracas”.

O forte sistema patriarcal instaurado reflete nas aulas, sendo que este apresenta o homem como ser mais “forte” (que pode praticar esportes de forte contato e rispidez, como o futebol), logo, digno de posições de prestígio e maior importância (escolhem os times e determinam quem joga) e a mulher como mais “fraca” (que pode praticar esportes sem contato e que sejam mais delicados e menos ríspidos, como voleibol ou brincadeiras), logo, impossibilitada para determinadas coisas e ocupando papéis secundários da vida em sociedade (não tomam decisões, sendo submissas) (OLIVEIRA, n. d.). Embasada nisso, as aulas são levadas, onde, na maioria dos casos, os sujeitos envolvidos sequer contestam essa situação, devido a sua naturalização perante esses fatos.

No entanto, temos os professores que consideram não haver opressões em suas aulas de Educação Física:

Ah... **olha, na minha não, aqui na escola e em algumas escolas que eu trabalhei, nunca vi nada disso assim.** Claro, como eu te falei, ah, as vezes uns abusam um pouquinho, se passam nas brincadeiras... (Entrevista Professor D) [grifos nossos].

Não, tu sabe o que que cria o preconceito? É... é... quando eu individualizo os alunos, sabe... quando eu junto eles, não tem preconceito nenhum [...] às vezes é a gente que cria, a mídia cria [...] eles não tem essa maldade [...] **Eu nunca vi... nunca vi... eu não sinto essa... essa coisa assim de... não sinto essa separação...** (Entrevista Professor F) [grifos nossos].

Colaborando com isso, embora a professora A acredite que as opressões de gênero são presentes em suas aulas, considera que “o que

importa é a técnica, porque no fundo [...] eles se preocupam é com a técnica, se a maioria das gurias tivesse uma técnica boa, né ou satisfatória [...] eu acho que eles nem iam pensar em menino e menina”. Continuando, ela diz que:

Enquanto a menina com 5 anos está ali brincando de boneca, porque é o que dão... o menino já tá chutando bola, ele já tá lá... tendo outras vivências... pensem... olha o que de defasagem vocês tem em relação aos meninos (Entrevista Professora A).

Neíse Gaudêncio Abreu (1992) identificou que isto tem raízes culturais, pois irmãos e irmãs tendem a receber uma educação diferenciada, com os meninos dispondo de mais tempo livre para brincadeiras, enquanto as meninas são mais solicitadas pelas mães para ajudarem nos afazeres domésticos, tendo menos tempo livre para brincar, vivenciando experiências motoras mais tarde, nas aulas de Educação Física.

A fim de compreender mais amplamente as opressões nas aulas de Educação Física, foi perguntado aos alunos e as alunas, se ocorre algum tipo de preconceito/constrangimento nas aulas de Educação Física (Figura 12):

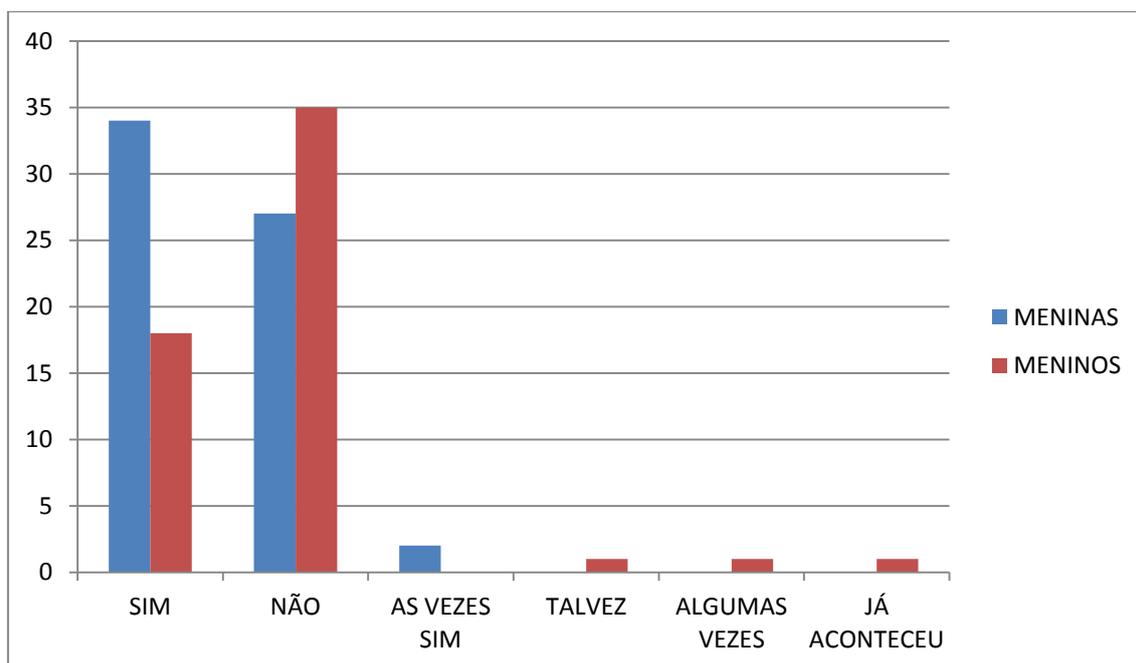


Figura 12: Gráfico 10 - Percepção dos alunos e das alunas sobre preconceito/constrangimento nas aulas de Educação Física.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre os alunos e as alunas participantes da pesquisa, 44% afirmou que há sim preconceito/constrangimento nas aulas de Educação Física, sendo 34 meninas e 18 meninos que assim declararam. O “às vezes sim”, “talvez”, “algumas vezes” e “já aconteceu”, somam um total de 5%, percebendo que de

certa forma, ocorre esse tipo de situação nas aulas em questão. Tendo outra perspectiva, 27 meninas e 35 meninos (52%), acreditam que não há esse preconceito/constrangimento nas aulas de Educação Física.

Através de seus argumentos, os alunos e as alunas apresentaram os porquês de haver esse preconceito/constrangimento nas aulas, sendo que para melhor apresentá-los, ressaltamos as circunstâncias e/ou práticas que mais causam esse tipo de situação.

Como mais falado, o futebol é uma prática que levanta inúmeras discussões e causa variadas situações complexas no mundo escolar. Quando perguntados, muitos argumentos foram apresentados, argumentos esses que mostravam o quanto o futebol é uma ferramenta que pode causar a opressão e exclusão durante as aulas de Educação Física:

Os meninos não deixam as meninas jogar futebol (ALUNA A – ESCOLA HELENA SMALL).

Eu por ser um menino que nunca gostei de futebol, sempre sofri alguns comentários. Antigamente me sentia ofendido, hoje não mais (ALUNO L – ESCOLA HELENA SMALL).

Os guris jogando futebol e as gurias não poderem jogar (ALUNA C – ESCOLA HELENA SMALL).

Em algumas escolas, mas até na vida real, o futebol feminino é menos popular que o masculino (ALUNA G – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

No futebol, “menina não joga bem, e tu não joga bem” (ALUNA H – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Mas já passei quando a professora não estava em aula e os meninos não deixarem eu jogar futebol junto com eles (ALUNA D – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

Os estereótipos também predominam nas situações apresentadas. “Mulher frágil”, “atividades de menino”, “atividades de menina”, “menina não sabe jogar”, permeiam o espaço escolar e principalmente, as aulas de Educação Física:

Ocorre em relação à mulher ser inferior (ALUNO X – ESCOLA HELENA SMALL).

Nas aulas de dança, quando os meninos e meninas do meu grupo estavam ensaiando, deram a entender que determinados passos era femininos demais (ALUNA B – ESCOLA HELENA SMALL).

Pelo fato dos meninos algumas vezes não deixarem as meninas jogar por sermos do sexo oposto ao deles (ALUNA L – ESCOLA CRISTOVÃO PEREIRA DE ABREU).

Já passei, os guris acham que são os donos do campo, e não tocam a bola para as meninas (ALUNA M – ESCOLA SYLVIA CENTENO).

Muitas vezes os meninos se sentem superiores, mais experientes do que as meninas (ALUNA T – ESCOLA SYLVIA CENTENO).

As escolhas de times para esportes, nós meninas sempre ficamos por última (ALUNA V – ESCOLA SYLVIA CENTENO).

Mas acho que em certos casos, muitos meninos não deixam meninas jogarem por conta do gênero e por acharem que não sabem jogar (ALUNA Y – ESCOLA MARIA ANGÉLICA).

O padrão ideal de corpo é uma imposição da sociedade, sendo algo que reflete e que, muitas vezes, é reforçado no âmbito escolar, ocorrendo assim durante as aulas de Educação Física, causando situações de constrangimento e exclusão:

Quando mais novo eu era gordo e alguns achavam que eu era incapaz de realizar atividades normalmente (ALUNO R – ESCOLA HELENA SMALL)

Na maioria das vezes aconteceu comigo foi porque eu sou gordinha, e aí ficaram rindo de mim (ALUNA N – ESCOLA HELENA SMALL).

Pelas formas corporais, pelo pensamento diferente (ALUNA E – ESCOLA CRISTOVÃO PEREIRA DE ABREU).

Constrangimento sofrem também algumas meninas diante de determinadas atividades:

Preconceito não, mas constrangimento sim. Em algumas aulas temos que fazer agachamento e flexões, coisas que deixam algumas de nós bem desconfortáveis (ALUNA B – ESCOLA HELENA SMALL).

Nunca passei por essa situação, exceto quando faço algumas posições que me deixam desconfortável (ALUNA K – ESCOLA HELENA SMALL).

A escola, para além de refletir as opressões da sociedade atual, corrobora para que isso aconteça, pois não recrimina tais atitudes e situações. As meninas, como podemos constatar através das falas dos alunos e das alunas, são as mais oprimidas. Saffioti (1984) apresenta que “as mulheres são duplamente marginalizadas: por sua classe social e por seu sexo”. Nesse contexto, assegura-se dizer que a mulher pode chegar a ser triplamente marginalizada quando inserimos a categoria raça.

Essa autora supracitada, ainda coloca que os preconceitos são, assim, utilizados racionalmente a fim de dar lugar à dimensão opressiva da posição de inferioridade da mulher, visto que a condição de oprimida manifesta-se,

sobretudo, na divisão social do trabalho, processo através do qual se viabiliza sua exploração (SAFFIOTI, 1984).

Frente toda essa conjuntura, os professores e as professoras foram questionados como trabalham se ocorre alguma situação relacionada a gênero e opressão durante as suas aulas. A maioria relatou que consegue resolver através do diálogo: “Sempre tento conversar, com o agressor [...] trazendo um pouco da consciência dele” (Professora A). A professora C ainda coloca que “vejo o lado, a versão de cada um e tento né, contornar a situação da melhor maneira”.

Interessante ressaltar que duas professoras têm posicionamentos fortes frente à luta das mulheres e a busca pelo espaço das meninas em suas aulas:

Porque essas questões para mim são importantes [...] **com as gurias, eu também, eu chamo elas na responsabilidade [...] vocês também tem que se empoderar** né, vocês estão aqui, vocês tem direitos, vocês são alunas igual a todo mundo, vão tentar jogar, pegar, se erra, erra... o problema... o jogo é pra isso mesmo, também tento trazer elas, pra elas se colocarem também (Entrevista Professora A) [grifos nossos].

Antes eu tinha mais calma [...] hoje eu já aponto [...] tu não devia ter feito isso, **ela tem o mesmo direito que tu, ela tem que fazer assim, como tu tens que fazer também** [...] eu já chego e digo assim: não tem que ser assim, eu não aceito de outra forma [...] **chega ao ponto de elas se colocarem contra mim por que eu tô exigindo que elas participem da minha aula** [...] eu to meio intolerante, eu reconheço isso em mim, **mas ao mesmo tempo eu não to abrindo mão desse valor, eu não consigo abrir mão dele** [...] Tem vezes que eu tenho uns discursos assim, **como é que pode vocês falarem esse tipo de coisa, vocês tem mais é que chegar... aproveitar e assumi todos os espaços... tem que assumir** [...] **se tu fala, não, não vou fazer, os outros vão aceitar naturalmente** (Entrevista Professora E) [grifos nossos].

Vemos que essas duas professoras conseguem identificar as opressões existentes em suas aulas, visto que se importam com a luta de emancipação das mulheres, estando assim, mais inteirada do que acontece no contexto social, além de pensar contrariamente ao que é padronizado e ao que é internalizado pela escola. No entanto, podemos ter sujeitos que sequer percebem tal ato como opressão, constrangimento e preconceito, influenciando assim em resultados de pesquisas que medem esse tipo de situação em diferentes âmbitos sociais.

Apesar de estar inseridos em uma sociedade opressora, com dados da realidade que nos comprovam a situação de dominação-exploração que

vivemos, há uma desenfreada corrente de naturalização desses atos. Sujeitos tendem a normalizar atos de preconceito, sustentando seus argumentos na cultura consolidada, afirmando, em muitas ocasiões, que é uma “brincadeira”, que as “coisas” são assim mesmo ou então, que são invenções:

Claro, uma brincadeirinha aqui... ah não sei o que... mas tipo, inofensivo (Entrevista Professor D).

Tu cria isso, tu cria umas divisão, dentro da sala de aula, se tu começar com preconceito, com isso e com aquilo, tu cria umas divisão, quanto mais tu fomenta, isso, quanto mais... quanto mais fala, mais separa (Entrevista Professor F).

Interessante ressaltar que algumas relações de dominação-exploração estão tão elevadas, que são definidas como naturais. Amanda Cristina Souza de Ferreira (2015, p. 367), se tratando das opressões de gênero contra as mulheres, expõe que está em um nível “[...] que as próprias mulheres reproduzem ou se tornam cúmplices de seus agressores”. Saffioti (2001), ainda complementa falando que isso ocorre por ser naturalizado a partir dos primórdios da civilização até a contemporaneidade.

Se olharmos pelo prisma de que existem mulheres que oprimem outras mulheres; que existem negros que oprimem outros negros e de que existem trabalhadores que oprimem outros trabalhadores; o opressor torna-se um figurante na sociedade opressora que vivemos. Interessante é, para as classes dominantes e opressoras, que esse pensamento se difunda, visto ser este primordial para a manutenção das opressões e para o mascaramento dessa sociedade desigual.

Culpar a vítima é uma ação fundamental na conservação dessa sociedade opressora. “Fez por merecer!” “Também, usando esse tipo de roupa!” São frases propagadas por muitos sujeitos que tem uma visão mais conservadora e radical sobre as opressões. Importante destacar que as vítimas nunca são culpadas de nada, que são, como dito, vítimas e que a culpa sempre deve cair sobre o opressor.

Problematizar essa cultura conservadora e retrógrada, que é baseada no patriarcado e no capitalismo, sendo também permeada de ações racistas, é um ato de resistência. É preciso compreender as relações dentro desse sistema de exploração-dominação, percebendo as múltiplas formas de opressão e o novo gênero – raça – classe que são consubstanciais e coexistentes

(SAFFIOTI, 2004). É preciso dar voz as minorias, criticar o sistema político-econômico, contestar os argumentos obsoletos e não deixar naturalizarem as opressões. É preciso movimentar a sociedade, levando-a ao caminho da luta pelos seus direitos e pelo respeito. É preciso uma contraposição da instituição escolar frente toda essa lógica opressora. Este é um rumo certo para alcançar com êxito uma sociedade mais igualitária, justa e livre.

6. Considerações Finais

Essa pesquisa se propôs a analisar como as questões de gênero são tratadas nas aulas de Educação Física da rede municipal de ensino de Rio Grande – RS. Além do mais, objetivamos perceber quais as posições dos participantes no que tange a sociedade e as questões de gênero, averiguando também, se a temática gênero era tratada nas escolas investigadas, assim como, buscamos identificar o posicionamento dos professores e professoras sobre a temática gênero ser trabalhada nas escolas e nas aulas de Educação Física.

Tomando como base essas indagações, assim como as metas pré-estabelecidas, a pesquisa foi construída, formando uma série de resultados, sendo transformados em unidades de significados, ou seja, categorias. Essas categorias, juntamente com as problematizações que delas recorreram, foram apresentadas a partir de uma esfera mais ampla, trazendo primeiramente a sociedade, logo a instituição escolar e por fim, as aulas de Educação Física, sendo estas o foco central desse estudo.

Portanto, os participantes enxergam a nossa sociedade no que tange as questões de gênero, como machista; preconceituosa; estereotipada, que rotula e determina regras e padrões aos indivíduos, tanto para os corpos como para a prática de modalidades esportivas; ressaltando ainda que a desigualdade de gênero no mundo do trabalho também é um agravante nesse cenário. Conquistas, avanços e a importância dos movimentos de luta também foram destacados, por mais que, por outro lado, ainda encontramos sujeitos que tem uma posição mais conservadora acerca dessa problemática, auxiliando na manutenção da ordem social atual.

No que diz respeito ao âmbito escolar e as questões de gênero, essa pesquisa confirma o que outros estudos já haviam ponderado, sobre essa instituição não ser um campo neutro, pois os conflitos e as contradições existentes na sociedade, também lá existem. Além disso, ela ainda é um espaço que internaliza os preceitos que estruturam a sociedade, reforçando binarismos, naturalizando situações. Conforme foram ressaltados, os objetivos de políticas retrógradas que pairam pelo sistema educacional brasileiro, alcançam as instituições escolares, influenciando na metodologia, nos

conteúdos, nas aprendizagens, assim como, no modo de se portar dos professores e professoras.

Ainda neste contexto, identificamos que, segundo apresentou a maioria dos participantes, embora tenham sido discutidas através de projetos dispostos para os alunos, às questões que envolvem gênero não são uma temática muito recorrente nas escolas, não havendo muitas atividades que tratem e discutam sobre esta. Nesse sentido, quando buscamos compreender as percepções dos professores e professoras acerca dessa temática ser tratada nas escolas e também nas aulas de Educação Física, encontramos dois grupos distintos: os pró-discussão - sendo os que entendem a importância que há em trabalhar as questões de gênero no âmbito escolar; e os contra discussão – consistindo, nos que acreditam que debater esse tema na escola é muito complexo, pois poderíamos direcionar de uma maneira equivocada, cabendo mais a família orientar.

Desse modo, podemos concluir que os professores e as professoras participantes dessa pesquisa tem maneiras distintas de enxergar o mundo e a sociedade que vivemos. Acreditar que a temática gênero é pertinente de discussão no âmbito escolar, revela o seu pensamento inverso ao que é imposto, além de mostrar o quão alinhado esta o pensamento à busca pela transformação radical do contexto social. Por outro lado, temos os que não apresentam interesse nessa discussão, não abrindo espaço para o debate em uma instituição tão importante como a escola, revelando o quão interessado está na manutenção da ordem social da lógica do sistema de dominação-exploração.

Em relação à Educação Física escolar, embora tenhamos nos deparado com um quadro mais amplo no que diz respeito a conteúdos, ainda encontramos uma Educação Física mais inclinada a práticas corporais esportivizadas, visto que variados esportes foram citados pelos alunos e alunas. Podemos perceber também que alguns professores e professoras estão dispostos, seja através do conteúdo esporte ou outro, a ampliar o olhar dos alunos e das alunas, possibilitando um entendimento crítico do contexto social vigente, agindo inversamente ao caráter mecanizado que é colocado para as escolas.

Constatamos ainda, as atividades que os alunos e as alunas mais apreciam, sendo, para a grande maioria dos meninos, o futebol como preferência. Já as meninas têm como escolhas o caçador e o voleibol, sendo que o futebol também está no gosto de algumas delas. Por outro lado, buscamos identificar as atividades não aprovadas pelos alunos e pelas alunas, sendo que o futebol segue como mais mencionado. A maioria das meninas apresenta não gostar de praticar o futebol durante as aulas, sendo seguidas de caçador, flexões e teoria, entre as mais citadas. Já entre os meninos as mais citadas foram dança, futebol e punhobol.

Buscando analisar a questão da sociedade estereotipada, que rotula e impõem regras e padrões, os alunos e as alunas, em sua maioria, acreditam não haver distinção nas atividades, sendo para todos e todas independente do gênero. No entanto, alguns ainda pensam que padrões devem ser seguidos e que o gênero é um determinante no momento de praticar exercícios.

Constatamos também, através das falas, que há uma divisão e, conseqüentemente, uma diferenciação entre meninos e meninas no momento da prática. Embora, a maioria dos alunos e alunas considere normal a sua relação com o sexo oposto, alguns fatores são determinantes para haver essa divisão e diferenciação durante as aulas, sendo eles, o futebol – uma modalidade esportiva ainda considerada masculina; determinados exercícios que alguns acreditam ser mais voltados para um determinado gênero; e ainda, os estereótipos impostos pela sociedade, que rotulam as mulheres como “sexo frágil” e sem habilidade.

No que tange a composição das turmas por sexo, percebemos que a maioria dos participantes da pesquisa prefere aula mista, argumentando que seria interessante para a desconstrução de estereótipos e o incentivo a solidariedade. Por outro lado, alguns defendem as aulas separadas por sexo, alegando que há uma diferença de habilidade e gostos entre meninos e meninas, assim como afirmam que o estereótipo de “mais forte e brutos” que os meninos carregam, são fatores determinantes para tomarem tal posição.

Averiguamos também se as opressões existentes na sociedade, também fazem parte do contexto das aulas de Educação Física das escolas investigadas. A maioria das professoras apresenta que as opressões existem sim, que está dentro deles e delas, que trazem da família, refletem o contexto

social que vivem, mas que, no entanto, não é exposta de forma tão declarada. Por outro lado, temos os professores que consideram não haver opressões em suas aulas de Educação Física, sendo que uma professora, embora acredite que as opressões de gênero são presentes em suas aulas, considera que a técnica se sobressai ao gênero, pois o que importa é a habilidade. Diante disso, relatam que em situações relacionadas a gênero e opressão, trabalham através do diálogo, conseguindo resolver as questões.

A fim de compreender mais amplamente as opressões nas aulas de Educação Física, os alunos e as alunas, discorreram sobre possíveis preconceitos/constrangimentos durante suas aulas. Embora a maioria acredite que não há, alguns alunos e alunas consideram que em algum momento isso ocorre e que as principais causas de opressão e exclusão durante as aulas são: o futebol; os estereótipos impostos no que diz respeito às meninas e ao padrão ideal de corpo; assim como, a prática de algumas atividades pelas meninas, ocasionando algum tipo de constrangimento. Desse modo, a escola reflete as opressões da sociedade atual, internalizando normas ditadas pela sociedade de classes, oprimindo e discriminando os sujeitos, sendo as meninas o grupo mais oprimido.

Podemos perceber que há uma grande distância entre a representação do real e o real em si. Como visto, a maioria dos alunos e alunas participantes colocou que não há distinção nas atividades de menino e de menina, mas então por que ainda nos deparamos com divisões e diferenças entre eles e elas durante as aulas? Conforme apresentamos, a sociedade reflete e, muitas vezes, conduz as ações dos indivíduos, impondo regras e determinando os seus comportamentos. A escola, por sua vez, além de se tornar mais campo de segregação e opressão dentro da sociedade atual, corrobora quando adota determinadas condutas, reforçando preceitos. Contudo, também entendemos que há uma ideia do que os alunos e as alunas almejam que fosse às aulas, ideia esta que está longe da realidade escolar vigente.

No entanto, constatamos que, apesar de estarmos inseridos em uma sociedade opressora, com dados da realidade que nos comprovam a situação de dominação-exploração que vivemos, há uma desenfreada corrente de naturalização desses atos. Sujeitos ainda tendem a normalizar atos de preconceito, sustentando seus argumentos na cultura consolidada, afirmando,

em muitas ocasiões, que é uma “brincadeira”, que as “coisas” são assim mesmo ou então, que são invenções.

Destacamos que o conceito de gênero não está difundido em nossa sociedade, visto que em alguns momentos houve certa resistência dos participantes pelo fato de não compreenderem a temática do estudo. Nesse sentido, seja através de políticas educacionais contemporâneas ou de um projeto político-pedagógico emancipador, entendemos como necessária e urgente à discussão e problematização dessa temática na escola, visto que os alunos e as alunas tinham interesse de dialogar sobre as questões de gênero e suas aulas de Educação Física, necessidade esta que extrapolava o ato de apenas responder a um questionário.

Percebemos que a escola ainda ser um espaço que segrega, diferencia e oprime os sujeitos, estando assim, em sintonia com a sociedade opressora da atualidade. No entanto, por mais que seja difícil uma emancipação na lógica do sistema do capital, entendemos que as instituições escolares poderiam assumir um papel que vai contra esse sistema opressor, adotando medidas, construindo ações, interiorizando preceitos que auxiliassem na emancipação de todos e todas ali presentes, corroborando na formação de seus alunos e alunas, e, por que não, de seus professores e professoras.

Referências²²

ABREU, Neíse Gaudêncio. **Meninos pra cá, meninas pra lá?** In: VOTRE, S. J. (org.). Ensino e avaliação em educação física. São Paulo: Ibrasa, 1992. p.101-120.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil registrou 124 assassinatos de pessoas transgênero em 2019, 2020.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-registra-124-assassinatos-de-pessoas-transgenero-em-2019>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

BILGE, Sirma. **Teorizações Feministas da Interseccionalidade.** Diogène, 1 (225): 70-88, 2009.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRANDÃO, Elaine Reis. **Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil.** In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). Família e sexualidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 63-86.

BRASIL. **Decreto - Lei nº 3.199**, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da saúde; conselho nacional de saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.** Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf . Acesso em: 24 de janeiro de 2020.

²² Essa dissertação de mestrado somente utiliza referências femininas. O nosso intuito é dar voz as mulheres da ciência, tentando banir com o epistemicídio, ou seja, com o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos (RIBEIRO, 2019).

CARTA CAPITAL. **Bolsonaro em 25 frases polêmicas**, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/Politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 20 de março de 2020.

_____. **Escola Sem Partido anuncia o fim de suas atividades**, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

_____. **Casos de feminicídio aumentam 7,3% em 2019, aponta levantamento**, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-feminicidio-aumentam-73-em-2019-aponta-levantamento/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

CASIQUE, Casique Letícia; FUREGATO, Antônia Regina Ferreira. **Violência contra mulheres: reflexões teóricas**. Revista Latino Americana Enfermagem. Novembro-dezembro, 2006.

CASSEL, Jéssica. **Marxismo e Interseccionalidade**, 2020. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/marxismo-x-interseccionalidade/>. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

CISNE, Mirla. **Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 18, n.1, p.138 - 154, jul. /dez. 2015.

_____. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago. 2018.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COLLINS, Patrícia. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

CORREIO BRAZILIENSE. **Educação (sexual) vem de casa?**, 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2017/10/22/interna_revista_correio,634722/educacao-sexual-vem-de-casa.shtml. Acesso em: 13 de abril de 2020.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

DARIDO, Suraya Cristina. **A Educação Física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 2004; 18(1): 61-80.

DELPHY, Christine. **Patriarcado (teorias do)**. In: HIRATA, H. et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173–178.

DIÁRIO DE CANOAS. **No RS, mulheres têm salário 26% menor que dos homens e queda nas posições de chefia**, 2020. Disponível em: <http://www.diariodecanoas.com.br/noticias/rio-grande-do-sul/2020/03/05/no-rs--mulheres-tem-salario-26--menor-que-dos-homens-e-queda-nas-posicoes-de-chefia.html>. Acesso em: 15 de março de 2020.

DORNELLES, Priscila Gomes; FRAGA, Alex Branco. **Aula mista versus aula separada? Uma questão de gênero recorrente na educação física escolar**. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física – ISSN 2175-8093 – Vol. 1, n. 1, p.141-156, Agosto/2009.

ESTADO DE MINAS. **Brasil é vice-campeão em desigualdade no mundo**, 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/12/08/internas_economia,11_06657/brasil-e-vice-campeao-em-desigualdade-no-mundo.shtml. Acesso em: 20 de março de 2020.

FRERES, Helena de Araújo; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica**. V Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação, 2008.

FERREIRA, Amanda Cristina Souza de. **Gênero e relações de opressão: breves reflexões**. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal da Paraíba. Nº 01 - Ano 2015.

G1. **Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-femicidios-em-2019.ghtml>. Acesso em: 15 de março de 2020.

GESE. **Sexualidade e Escola - Escolas Promotoras da Igualdade de Gênero**. Disponível em: <http://www.sexualidadeescola.furg.br/index.php/igualdade-de-genero>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

GOELLNER, Silvana V.; FRAGA, Alex B. **O espetáculo do corpo: mulheres e exercício físico no início do século XX**. In: CARVALHO, Marie J. S.; ROCHA, Cristianne, M. F. Produzindo Gênero. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.161-171.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade.** Cadernos pagu (6-7) 1996: pp.67-82.

GUERIERO, Djane Aparecida; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Educação física escolar ou esportivização escolar?** Revista Digital - Buenos Aires - Año 10 - N° 78 - Noviembre de 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd78/esportiv.htm>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2019.

HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra.** Cadernos Pagu, n. 22, p. 201-246, 2004.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

HUFFPOST. **As frases que Bolsonaro falou em 2019, mas poderiam ter sido ditas no século passado,** 2019. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/frases-polemicas-bolsonaro_br_5dfbc06ae4b0eb2264d666b7 Acesso em: 10 de março de 2020.

IBGE. Estatísticas do cadastro central de empresas: 2017 - **Coordenação de Cadastro e Classificações.** - Rio de Janeiro, 2019.

IPEA. **Vidas perdidas e racismo no Brasil,** 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5977/1/NT_n10_vidas.pdf . Acesso em: 08 de Maio de 2020.

KERGOAT, Danièle. **A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão.** Pro-Posições- vol. 13.N. 1 (37)- Jan/abr.2002.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as.** Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. (2011). **Relações entre gêneros e escola no discurso de professoras do ensino fundamental.** Psicologia da Educação, 32, 25-46.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Possibilidades de diálogo: classe e gênero.** História Social (Campinas), Campinas, v. 4/5, p. 135-156, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232014000401103&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Ciênc. saúde coletiva [online]. 2014, vol.19, n.4, pp.1103-1112. Acesso em: 24 de Fevereiro de 2020.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução.** Aurora, Marília, ano 4, v. 6, ago. 2010.

OLIVEIRA, Márcia, Aparecida de. **Educação Física e equidade de gênero: perspectivas e possibilidades.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/771-4.pdf>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2020.

PEDRUZZI, Alana das Neves *et al.* **Análise Textual Discursiva: os movimentos da metodologia de pesquisa.** Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau, v. 10, n.2, p.584-604, maio/ago. 2015.

PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL (2016). Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 22 de Fevereiro de 2020.

PPGEF. **Programa de Pós Graduação em Educação Física, 2020.** Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgef/area-movimento-humano-educacao-e-sociedade/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Secretaria Municipal de Educação.** Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/> Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Mapa do Plano Diretor.** Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/arquivos/secretaria_servico/plano_diretor/Mapas_do_Plano_Diretor/MAPA-01_DISTRITOS.pdf. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar, 2004.** Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 21 de Fevereiro de 2020.

RANGEL, Olívia; SORRENTINO, Sara. **Gênero: conceito histórico.** Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/33/cat/1797/gênro-conceito-histórico-.html> Revista Princípios, Edição 33, p. 47-51, 1994. Acesso em: 14 de Abril de 2020.

RELATÓRIO GRUPO GAY DA BAHIA, 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf> Acesso em: 14 de Fevereiro de 2020.

RELÓGIOS DA VIOLÊNCIA, 2020. Disponível em: <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

REVISTA FÓRUM. **Índice de suicídios entre negros no Brasil cresce e racismo é uma das causas, 2019.** Disponível em:

<https://www.revistaforum.com.br/indice-de-suicidios-entre-negros-no-brasil-cresce-e-racismo-e-uma-das-causas/> Acesso em: 24 de Janeiro de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1^a. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIO GRANDE, SMED. **Documento orientador curricular do território Riograndino: ensino fundamental [Recurso Eletrônico]** / Felipe Alonso dos Santos (org) [et al] . Il. capa por Michelle Coelho Salort – Rio Grande: SMED, 2019.

ROSA, Rovená. **Metro Jornal: Cinco grandes conquistas das mulheres brasileiras nos últimos anos, 2018**. Disponível em: <https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/03/07/5-grandes-conquistas-das-mulheres-brasileiras-nos-ultimos-anos.html>. Acesso em: 23 de Janeiro de 2020.

SSP. Secretaria de Segurança Pública. **Operação Marias é deflagrada em âmbito nacional no combate à violência contra as mulheres, 2020**. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/operacao-marias-e-deflagrada-em-ambito-nacional-no-combate-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 15 de março de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras**. Perspectivas, São Paulo, 8:95-141, 1985.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu (16), p. 115-136, 2001.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Vilma Canazart dos. **Indícios de sentidos e significados de feminilidade e masculinidade em aulas de educação física**. Motriz, Rio Claro, v.16, n.4, p.841-852, out./dez. 2010.

SARAIVA, Maria do Carmo. **Co-educação Física e Esportes: quando a diferença é mito**. Ijuí: Unijuí, 1999.

SAVEGNAGO, Sabrina dal Ongaro; ARPINI, Dorian Mônica. **Conversando sobre sexualidade na família: visões de meninas em grupos de classe baixa**. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 150, 924-947, 2013.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. **Estudos de Gênero no Brasil: algumas considerações**. Biblio 3w (Barcelona), Barcelona, v. V, n.262, 2000.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Dissimulação do uso social e político do corpo na Educação Física.** In: Coletânea. 3º Congresso Latino-Americano de Esporte, Educação e Saúde no movimento humano. Cascavel: Gráfica Universitária, p.139-149, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

Informações gerais:

Nome do colaborador (a): _____

Idade: _____

Escola: _____

Data da entrevista: _____

Questões:

- 1) Me conte sobre o seu caminho trilhado para chegar até o seu momento profissional atual.

- 2) Como tu vê as questões de gênero na sociedade?

- 3) Tens alguma formação relacionada a gênero? Pesquisas, pós-graduação, cursos...?

- 4) O que tu pensa sobre as questões de gênero nas aulas de Educação Física?

- 5) Quando ocorre alguma situação relaciona a gênero e a opressão, como trabalhas?

- 6) Tens conhecimento de algum programa ou projeto que trate sobre as questões de gênero na escola? Se sim, qual o seu posicionamento frente esses?

- 7) Há algum tipo de formação continuada para professores com a temática de gênero?

8) Algum comentário, consideração sobre este tema?

APÊNDICE B - Questionário:**Informações Gerais:**

Menina (___) Menino (___) Outro: _____

Idade: _____

Escola: _____

Data: ___/___/___

Questões:

1) O que tu aprende nas aulas de Educação Física?

2) Nas suas aulas de Educação Física, qual a atividade que você mais gosta de praticar e a que você menos gosta? Por quê?

3) Você acha que existem atividades de menina e de menino?

4) Na tua opinião, a Educação Física deveria ser separada para meninos e meninas ou mista? Por quê?

5) Como tu vê a tua relação com o sexo oposto durante as aulas de Educação Física?

6) Tu vê alguma diferença na participação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física? Se sim, qual (is)?

7) Tu achas que ocorre algum tipo de preconceito/constrangimento nas aulas de Educação Física? Se sim, tu já passou por alguma situação dessas?

8) Na tua opinião, há preconceito contra as mulheres na sociedade? Caso sim, explique.

9) Você já participou de algum projeto na escola? Qual?

10) Algum comentário, consideração sobre este tema?

ANEXOS

ANEXO A – Carta de apresentação e solicitação SMED

**Escola Superior de
Educação Física**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Rio Grande, 09 de outubro de 2018.

À Secretaria Municipal de Educação – SMED

Apresentamos a acadêmica de mestrado Thais Mortola Dias, CPF: 027.530.910-05, do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação Física, da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas (PPGEF-UFPEL), que está realizando sua pesquisa para dissertação que tem o seguinte título: **“QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM APANHADO NAS ZONAS DISTRITAIS DE RIO GRANDE-RS”**, sob a minha orientação.

Com o intuito de desenvolver sua pesquisa nas escolas da rede municipal de Rio Grande, solicitamos autorização desta secretaria para que a acadêmica possa realizar a referida pesquisa em algumas escolas desta rede de ensino, desde que haja concordância da direção da escola e docentes envolvidos.

Ressaltamos que todas as informações serão utilizadas somente com este fim, e será garantido o anonimato dos participantes da investigação.

Certo de sua compreensão e colaboração.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Giovanni Frizzo'.

Prof. Dr. Giovanni Frizzo

Orientador

ANEXO B – Carta de apresentação e solicitação escolas



**Escola Superior de
Educação Física**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Rio Grande, de ____ de ____ de 2019.

À Coordenação/Direção da _____

Solicitamos autorização da instituição para a realização da pesquisa intitulada: **Questões de gênero na educação física escolar: um apanhado nas zonas distritais de Rio Grande-RS** a ser desenvolvida pela estudante de Mestrado do PPGEF da ESEF/UFPEL Thais Mortola Dias, e sob orientação do Prof. Dr Giovanni Frizzo.

A pesquisa será realizada nas aulas de Educação Física da Instituição em acordo com docentes de Educação Física responsáveis pelas aulas. Serão realizadas entrevistas com os docentes e questionários com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental.

Agradeço a atenção dispensada e coloco-me à disposição para quaisquer questões.

Atenciosamente

Prof. Dr Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Professor Adjunto da Escola Superior de Educação Física da UFPEL
- Brasil

Doutor em Ciências do Movimento Humano da UFRGS - Brasil

ANEXO C - Termo de assentimento do menor

Pesquisador responsável: Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Auxiliar da Pesquisa: Thais Mortola Dias

Instituição: Escola Superior de Educação Física – ESEF/UFPEL

Endereço: Rua Luís Camões, 625 – Bairro Tablada, Pelotas - RS

Telefone: 53 - 32732752

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **Questões de gênero na educação física escolar: um apanhado nas zonas distritais de Rio Grande – RS**. Seus pais ou responsáveis permitiram que você participe.

Nesta pesquisa, queremos saber como as questões de gênero são tratadas nas aulas de Educação Física da rede municipal de ensino de Rio Grande – RS.

Os adolescentes que irão participar dessa pesquisa têm de 12 a 15 anos de idade.

Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita na escola, onde os adolescentes irão responder um questionário. Para isso, será usada caneta azul ou preta. O ato de responder o questionário é considerado seguro, no entanto algumas perguntas podem causar constrangimento ou mal-estar, sendo que a avaliação de possível desconforto ou mal-estar será constatada pela percepção da pesquisadora, através de diálogo. Neste caso, os procedimentos serão interrompidos imediatamente e o participante poderá solicitar a qualquer momento a exclusão de sua participação. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones 53- 981602527 e 53- 984176526 da pesquisadora Thais Mortola Dias.

Mas há coisas boas que podem acontecer como ter um conhecimento maior sobre uma temática pertinente para discussão na sociedade.

As informações que você nos der, fará parte de uma pesquisa que será publicada posteriormente, mas seu nome não será divulgado, ou seja, nas informações que nos passar você será identificado, no caso de identificação utilizaremos nomes fictícios ou Professor 1.. Professor 2; Aluno 1, Aluno 2 e

assim por diante.. Quando terminarmos a pesquisa realizaremos a entrega dos resultados na escola onde foram realizadas as coletas de dados.

Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto.

Eu _____ aceito participar da pesquisa **Questões de gênero na educação física escolar: um apanhado nas zonas distritais de Rio Grande – RS**, que tem o objetivo de saber como as questões de gênero são tratadas nas aulas de Educação Física da rede municipal de ensino de Rio Grande – RS. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Rio Grande/RS, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) menor

Assinatura do (a) pesquisador(a)

ANEXO D - Termo de consentimento livre e esclarecido

Pesquisador responsável: Giovanni Felipe Ernst Frizzo

Auxiliar da Pesquisa: Thais Mortola Dias

Instituição: Escola Superior de Educação Física – ESEF/UFPEL

Endereço: Rua Luís Camões, 625 – Bairro Tablada, Pelotas - RS

Telefone: 53 - 32732752

Concordo em participar do estudo “*Questões de gênero na educação física escolar: um apanhado nas zonas distritais de Rio Grande - RS*”. Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado de que o objetivo geral será “*Analisar como as questões de gênero são tratadas nas aulas de Educação Física da rede municipal de ensino de Rio Grande – RS*”, cujos resultados serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa. Estou ciente de que a minha participação envolverá uma entrevista na qual responderei a um questionário com questões abertas e fechadas, também estou ciente de que apenas o pesquisador e o entrevistado estarão presentes no momento da entrevista, garantindo assim o sigilo da informação. Além do mais, permito a gravação da entrevista para fins de auxílio na coleta dos dados desta pesquisa, podendo ter acesso apenas o pesquisador responsável.

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: Fui informado de que algumas perguntas podem causar constrangimento ou mal-estar, sendo que a avaliação de possível desconforto ou mal-estar será constatada pela percepção da pesquisadora, através de diálogo. Neste caso, os procedimentos serão interrompidos imediatamente e o participante poderá solicitar a qualquer momento a exclusão de sua participação.

BENEFÍCIOS: O benefício de participar na pesquisa relaciona-se ao fato de que os resultados serão incorporados ao conhecimento científico.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento, assim como solicitar o cancelamento do estudo.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal: _____
Identidade: _____

ASSINATURA: _____ DATA: ____ / ____ / ____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPel – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone:(53)3273-2752.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL
